

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL (TGI)  
*UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE A MIGRAÇÃO  
RECENTE DE HAITIANOS AO BRASIL*

A GEOGRAPHIC ANALYSIS OF MIGRATION  
RECENT OF HAITIAN TO BRAZIL

**PEDRO CAMILO RIBEIRO – Nº USP 3032321**

SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 2016

ANÁLISE GEOGRÁFICA SOBRE A MIGRAÇÃO  
RECENTE DE HAITIANOS AO BRASIL

Trabalho de Graduação Individual – TGI, apresentado à  
Universidade de São Paulo-USP como exigência para  
a obtenção do título de Bacharel em Geografia, sob a  
orientação do Prof. Fabio Betioli Contel

Aprovado em        /        /

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr.

---

Prof. Dr.

---

Prof.Dr.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha esposa Maria Regina e ao meu filho Lucas pela compreensão das minhas ausências.

Agradeço aos meus colegas de curso pela troca de experiências e pela ajuda nas situações críticas durante o decorrer desta jornada.

Agradeço a todos os meus professores pelos conhecimentos transmitidos e especialmente ao Prof. Fábio Contel pela orientação e paciência no auxílio à elaboração deste trabalho.

## **RESUMO**

O presente estudo procura analisar a migração recente de haitianos para o território brasileiro, através do recurso à pesquisa bibliográfica e documental. Num primeiro momento, procurou-se fazer um resgate das principais teorias a respeito da migração internacional, para depois colocar em evidência a recente migração de haitianos ao Brasil, dando enfoque as suas principais características gerais, bem como a situações empíricas acerca da real situação destes migrantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia da População; Migração Internacional; Território Brasileiro; Haitianos

## **ABSTRACT**

This study analyzes the recent migration of Haitians to the Brazilian territory, through the use of bibliographic and documentary research. At first, he tried to make a rescue of the main theories of international migration, then to highlight the recent migration of Haitians to Brazil by focusing on its main general characteristics as well as the empirical situations about the real situation of these migrants.

**KEY WORDS:** Population Geography ; International migration; Brazilian territory; Haitians

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>CAPITULO 1 – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS.....</b>	<b>7</b>
1.1 A visão de Pierre George e Helion Pova Neto .....	7
1.2 Aspectos políticos das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional.....	16
1.3 O Brasil e as migrações Internacionais .....	19
<b>CAPITULO 2 – FENOMENOLOGIA DA MIGRAÇÃO: O QUE É SER MIGRANTE E DO MÉTODO PARA SUA CONTABILIZAÇÃO.....</b>	<b>32</b>
2.1 A visão da fenomenologia sobre as migrações.....	32
2.2 Método para estimar populações difíceis de contar .....	39
<b>CAPITULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL.....</b>	<b>41</b>
3.1 Aspectos gerais da migração de haitianos com destino ao Brasil.....	41
3.2 A visão do Ministério do Trabalho e do Emprego sobre a migração dos haitianos para o Brasil .....	47
3.3 Dados empíricos sobre os haitianos no Brasil (Noticiário sobre os haitianos) .....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
Referencias Bibliográficas.....	70

## INTRODUÇÃO

Por se tratar de um tema importante para o conhecimento geográfico, e para a realidade do território brasileiro no período da globalização, justifica-se um estudo a respeito da recente migração haitiana ao Brasil. Trata-se também de um problema da atualidade, e que tem sido largamente veiculado na “grande mídia”, o que nos autoriza a propor uma visão geográfica do fenômeno.

O objetivo principal do estudo é o de identificar algumas das características principais da migração recente dos haitianos para o Brasil, sob um enfoque geográfico. Para estabelecer esta compreensão, tentaremos encontrar a (s) causa (s) que deu (eram) início a referida migração, bem como seus desdobramentos em solo brasileiro, principalmente tentando analisar quais as principais “portas de entrada” dos migrantes no território, e onde eles estão – e o que fazem – atualmente.

O trabalho terá como fundamentação, em primeiro lugar, uma intensiva revisão bibliográfica, assim como uma ampla pesquisa documental em fontes – oficiais e não-oficiais – sobre o tema. Abordar o tema *migração* é um trabalho um tanto difícil, pois para que se faça uma correta interpretação dos dados a ela correlatos é necessário um arcabouço teórico-metodológico que englobe conhecimentos de várias ciências sociais que tratam desse assunto, como por exemplo a demografia, ciência política, história, geografia, etc.

No presente trabalho, a preocupação maior é dar um enfoque geográfico sobre a recente migração de haitianos ao Brasil, impulsionada pelo terremoto ocorrido no Haiti em 2010. Para tanto, procuraremos analisar o evento amparados em teorias e metodologias de geógrafos acerca do tema, com o apoio da visão de uma cientista política e de um demógrafo sobre o problema da migração no Brasil. O nosso intento é que o presente trabalho contribua para o conhecimento e entendimento do fluxo migratório

recente de haitianos em terras brasileiras, pois são muitas as condições adversas que estes migrantes encontram quando aqui aportam.

## **CAPITULO 1 – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS**

### **1.1 A visão de Pierre George e Helion Povia Neto**

Para análise da questão migratória, faz-se necessário o uso de um arcabouço teórico metodológico para enfocar as diversas faces que esta questão assume. Lidar com estas interpretações é um dos pontos-chave para o entendimento da questão das migrações internacionais atuais.

Opta-se inicialmente por fazer uma explanação sobre as migrações internacionais sob a visão de um importante geógrafo francês, Pierre George (1977), que nos apresenta à questão. Logo em seguida, explicitaremos o posicionamento de outro geógrafo, Helion Povia Neto (1994), que discorre sobre as metodologias mais utilizadas nas ciências humanas para se tratar da questão migratória.

Em sua análise, Pierre George destacava no final da década de 1970 a quantidade e o tipo de migrantes internacionais encontrados na época contemporânea. Eram mais de 15 milhões vivendo na Europa, 10 milhões nos Estados Unidos, 3 milhões de canadenses nascidos fora do continente americano, alguns milhões de africanos fora de seus países, vivendo como refugiados, trabalhadores temporários e como migrantes sazonais. Mencionava ainda os europeus que estiveram na África do Norte e retornaram para o país de origem, principalmente a França. Estas quantidades explicitam e dão ideia da “mobilidade da população” na época e se referem a um tempo relativamente curto – uma geração no caso –, explicando a “perturbação demográfica” que está aliada a essa mobilidade (GEORGE, 1977).

Destaque-se também que essa migração, tanto no passado como no presente, é motivo de desafio tanto para a compreensão quanto para a existência de políticas de regulação. A ampla diversidade de processos



sociais que abarca o conceito de migração justifica as divergências que ocorrem no seu estudo por parte dos cientistas (POVOA NETO,1997).

Quanto a análise das consequências dos efeitos das migrações, no longo prazo, deve-se considerar um período de tempo de 3 gerações ou aproximadamente 100 anos. Porém, frise-se que esta mobilidade só dizia respeito a uma porção mínima da população mundial, algo em torno de 2 a 3%, não considerando as migrações internas por não envolverem a transposição de fronteiras e serem estas numericamente mais importantes (GEORGE,1977).

A competência de descrever e explicar as migrações humanas do passado é dos historiadores, desde a pré-história até o enraizamento dos povos nos seus territórios, com tudo que essas passagens englobam, quer sejam invasões, conquistas, genocídios, mestiçagens, que ocorreram num tempo em que os territórios nacionais apresentavam maiores quantidades de áreas de povoamento rarefeito, comparado com as atuais taxas de ocupação do planeta (GEORGE,1977). Um exemplo que pode ser lembrado são os Estados Unidos onde

“....após 3 séculos da descoberta da América só haviam 4 milhões de americanos de origem européia, menos de 1 milhão de origem negra e centenas de milhares de indígenas, índios estes que foram dizimados pelos colonizadores restando apenas alguns milhares ao final do período colonial americano” (GEORGE,1977, p.12).

Segundo ainda Pierre George, a partir de critérios jurídicos, podemos elencar 4 grandes categorias de migrantes internacionais:

1. O imigrante: É o indivíduo no qual é manifesto o desejo de mudar de país e de nacionalidade;
2. O trabalhador estrangeiro: Este indivíduo vem para suprir “vazios” prejudiciais ao sistema econômico do país hospedeiro;
3. As pessoas deslocadas: São indivíduos expulsos, repatriados, etc, pertencendo a grupo de pessoas expulsas do país ou

residência de origem, tendo em vista decisões políticas ou por arbitragem internacional;

4. Os refugiados: São indivíduos que não tiveram a opção de escolha e saíram do seu país em dada ocasião por motivo de restrições ou vexames insuportáveis, solicitando asilo a um país receptor (GEORGE,1977).

Os chamados “imigrantes ilícitos” não se incluem efetivamente em nenhuma das categorias elencadas anteriormente, apesar de poderem pertencer a qualquer uma delas, pelo simples fato de não terem cumprido as obrigações de integração e caracterizam-se principalmente por serem migrantes internacionais trabalhadores sem contrato de trabalho (GEORGE,1977).

Apesar da importância das migrações internacionais, ela é um dado difícil de se apreender em números pelos Estados nacionais e pelos órgãos estatísticos, sendo imperfeita sua fixação em um numero exato (GEORGE,1977).

Funcionando como uma “válvula de escape” para o país emissor – tendo em vista a condição de saturação do mercado de trabalho pela situação demográfica e insuficiência de empregos –, a emigração pode ser vista como uma espécie de “exportação invisível”, pelo fato do emigrante enviar ao seu país de origem partes de seus ganhos, mas pode também representar exportação de riqueza nacional uma vez que os investimentos realizados pelo país no migrante irão se concretizar no estrangeiro (o que caracterizaria, por sua vez, o fenômeno do *brain drain*) (GEORGE,1977).

Existem ainda três outras considerações importantes a fazer no caso das análises “clássicas” das migrações internacionais:

- A – Muitas vezes é recusada a possibilidade de inserção econômica e social na comunidade ao imigrante por este fazer parte de um grupo fechado, inserção esta que ocorrerá apenas a partir da 1ª ou 2ª geração;

B – A família do imigrante o acompanha ou este constitui família no país acolhedor. Sua descendência poderá ter acesso aos equipamentos sociais e culturais que permitirão sua integração à comunidade nacional;

C – O imigrante é um trabalhador isolado que troca sua força de trabalho por dinheiro, que em grande parte é remetido ao país de origem onde está sua base familiar original. Este trabalhador não compromete o futuro do país acolhedor, pois seu efeito demográfico está principalmente no país emissor (GEORGE,1977).

Resta ainda uma questão, que é a cultural. É sabido que para haver harmonia entre os imigrantes e o país receptor, notadamente as entidades que oferecem trabalho, é preciso haver comunicação, que se faz necessária e que seja minimamente coerente. A coabitação necessita de um mínimo de semelhança dos modos de vida ou estes imigrantes provavelmente serão segregados em guetos. Essa provável adaptação se fará mais ou menos rápida, dependendo da pretensão em se receber definitivamente esses imigrantes e integrá-los a comunidade nacional (GEORGE,1977).

São levados em conta três fatores nas políticas de imigração: o fator econômico, o demográfico e o cultural, que dependendo do caso, se dará maior ou menor peso a eles. Ocorre a segregação no país acolhedor quanto maior for a “distância cultural” e também as condições e nível de vida destes imigrantes, podendo ocorrer em alguns casos a xenofobia, na qual a sociedade não insere os imigrantes, tornando-se reservada – e até hostil – ante o desconhecido (GEORGE,1977).

A partir destas considerações de Pierre George, que podemos considerar como uma visão mais “clássica” das migrações internacionais, podemos nos perguntar: como pensar neste tipo de migração a partir de uma literatura geográfica mais recente?

Neste sentido, é importante destacar que a ocorrência de vários discursos sobre este tema, sejam eles científicos ou não, partidários de um

ou de outro enfoque, quando se referem à questão migratória criam possibilidades para o embate de idéias, ou seja, a discussão, que possui um sentido social muito mais amplo do que a simples existência de fluxos migratórios no espaço geográfico (POVOA NETO,1997). Helion Pova Neto nos auxilia a esclarecer estas questões propondo três grandes enfoques teóricos de análise das migrações, nos quais podem ser enquadrados a maior parte da produção teórica referente ao tema, bem como também pode ser situada a produção empírica para o mesmo estudo.

O primeiro enfoque destacado pelo autor é a *concepção neoclássica* do espaço e das migrações. Para aqueles que optam por esse enfoque, a migração tem um caráter demográfico e econômico e representa o deslocamento espacial de trabalhadores pelo espaço geográfico (POVOA NETO,1997). Para tais autores, o migrante é um portador de trabalho cujo fator produtivo – aliado ao capital e a terra – representa interesse aos processos de desenvolvimento econômico. Este espaço para os neoclássicos pode ser visto como “equilibrado” ou “desequilibrado” dependendo de certas combinações de fatores estarem ou não próximas de um certo “ótimo” (POVOA NETO,1997).

Por esta visão, o espaço geográfico tenderia a uma homogeneização que ocorreria com a minimização dos desequilíbrios locais dos fatores produtivos. São considerados *neoclássicos* os modelos gravitacionais da migração que explicitam a problemática dos fluxos, distâncias e volumes da matéria no espaço físico (POVOA NETO,1997).

Como portador de trabalho, e buscando o máximo retorno para seu “investimento” em algum lugar no espaço, o migrante é visto nesse enfoque através de uma “caricatura”, e assim a primazia dos aspectos econômicos do fenômeno se consolida na análise social. Esta visão neoclássica é portadora de um certo entendimento do papel do indivíduo: este se move por escolhas racionais, feitas a partir de comparações de área de origem com área de destino no tocante a urbanização, emprego, o valor da remuneração média, não importando o quão enganosa possa ser esta comparação. Esta

concepção procura mostrar que, apesar da suposta liberdade individual dos migrantes, o que prevalece como lógica de organização destes fluxos é a “vontade do mercado” (POVOA NETO,1997).

Estas teorias são classificadas de *neoclássicas* porque dão continuidade na representação das preocupações dos economistas clássicos, quando estes lidam com o equilíbrio econômico e a função do trabalho no mesmo. Para tais economistas, deveria haver uma perfeição na mobilidade do trabalho e esta deveria acompanhar a tendência geral relativa à homogeneidade da circulação das mercadorias no espaço (POVOA NETO,1997).

Tanto para clássicos e neoclássicos, a hipótese da “mobilidade perfeita do trabalho” significa um ponto de partida essencial para que se analise os movimentos migratórios (POVOA NETO,1997). Por toda essa explanação, a adoção da concepção neoclássica implica em desconsiderar a dimensão histórica e estrutural das migrações, dimensões estas que surgem inevitavelmente dos impulsos eternos do deslocamento por indivíduos visando as melhores condições em função de uma melhor remuneração do trabalho (POVOA NETO,1997).

O segundo enfoque teórico abordado por Povia Neto (1997) é utilizado por muitos autores e diz respeito justamente à *concepção histórico-estrutural* das migrações. Nesta concepção busca-se encontrar um paralelo da migração com o contexto histórico e geográfico específicos. Diferente da concepção neoclássica, que colocava toda sua ênfase no indivíduo, a visão agora repousa sobre a análise de grupos e classes sociais que sofrem sob a força de estruturas sociais, forças estas explicativas da menor ou maior propensão à migração (POVOA NETO,1997).

Na *concepção histórico estrutural*, a migração é vista como fenômeno social, sendo compreendida junto aos demais processos da sociedade. Quanto a operacionalização de estudos com este viés, não é visto valor nos inquéritos junto aos migrantes, apesar de cada indivíduo ser fonte de

informação, por estes não trazerem em si a explicação do processo vivenciado, fazendo com que haja uma dificuldade básica de conciliação dos níveis macro e micro da pesquisa (POVOA NETO,1997).

Neste caso, a geografia é favorecida pelo fato de empreender estudos de caráter regional, o que pode conceder esta visão mais abrangente, visto que a análise das características estruturais da região de origem dos migrantes fornece explicações para os deslocamentos atuais e futuros. Nesta visão, se fortalece a noção de áreas potenciais de geração e de migração em potencial. No caso do Brasil, parte significativa das explicações deste tipo chamam a atenção, por exemplo, para a análise da estrutura agrária como efetivamente “expulsora” de grupos sociais inteiros de seus respectivos lugares de origem (POVOA NETO,1997).

Para os autores filiados a esta concepção, as áreas expulsoras se caracterizam pelos aspectos econômicos ou pelo modo de produção vigente. Segundo Helion Pova Netto a, “noção de pressão demográfica é utilizada no primeiro caso e as análises de transformações nas relações de produção é enfatizada pelos que adotam o paradigma marxista” (POVOA NETO,1997,p 17)

Para o segundo plano ficam relegadas a “orientação” dos fluxos migratórios, devido a ênfase ser dada aos aspectos estruturais da expulsão na área de origem, e a recepção na área de destino. Ambos os movimentos são vistos como simplesmente adaptação do migrante a mesma (POVOA NETO,1997).

A dificuldade em compatibilizar o enfoque socialmente contextualizado e a análise de motivação individual do migrante surge como um desafio ao geógrafo, pois há dois caminhos a seguir: 1. o do inquérito, da observação e do trabalho de campo; e 2. outro passando pela perspectiva mais ampla do entendimento dos processos sociais. Esta questão é evidenciada pelo enfoque histórico estrutural, mas não é solucionada por ele, também segundo Pova Netto (1997).

Em função destas características – e limitações – do enfoque histórico-estrutural, o mesmo ocorre como a terceira proposta teórica que foi analisada pelo autor. Esta proposta baseia-se na *teoria marxista do trabalho* e propõe um enfoque ao estudo da migração através do conceito da “mobilidade do trabalho” (POVOA NETO, 1997).

Este enfoque ressalta que as migrações não podem ser encaradas de formas alheias a realidade do trabalho social, mas como sendo reflexo desta dinâmica. Neste caso, as observações das migrações conduzem necessariamente às condições de ocorrência da produção e se estruturam nas relações de trabalho no espaço (POVOA NETO, 1997).

A geração de trabalhadores excedentes pelo capitalismo, separados dos meios de existência, dão origem ao deslocamento a procura de trabalho. A condição necessária para a existência da acumulação de capital advém da disponibilidade dos trabalhadores se apresentarem para o assalariamento nos diversos pontos do território. Fica evidenciado que a migração não é um simples mecanismo de redistribuição espacial das populações, mas sim uma dinâmica ligada às solicitações do sistema econômico, configurando suas diversas modalidades na existência específica de organizações sócio-espaciais (POVOA NETO, 1997).

Ainda segundo Povia Neto, o principal autor que articula esta corrente de pensamento é o economista francês Jean-Paul Gaudemar. O autor chama a atenção para uma dimensão subestimada que o marxismo consegue “focar” melhor, dimensão esta que seria referente à *constituição da força de trabalho como mercadoria*. Para os autores economistas, clássicos e neoclássicos, segundo Gaudemar, a categoria mobilidade do trabalho é tratada de forma apologética. Ela é vista simultaneamente como “correção” aos desequilíbrios regionais e estado a ser alcançado. Para Gaudemar, ao contrário, os deslocamentos espacial e setorial dos trabalhadores acabam atendendo as solicitações da acumulação capitalista (POVOA NETO, 1997).

Quanto a análise da obra de Marx, Gaudemar é levado a considerar como mobilidade do trabalho a qualidade dos corpos dos trabalhadores terem seu uso pelo capital nos ritmos, localizações e intensidades requeridos para a máxima produção de valor. Isto seria a chave-mestra de todo o desenvolvimento capitalista e não somente a descrição dos deslocamentos espaciais dos trabalhadores (POVOA NETO, 1997). Assim, o conceito de mobilidade do trabalho “é um processo abrangente no qual os homens se tornam crescentemente disponíveis com sua força de trabalho para utilização compulsória destas nos moldes capitalistas” (POVOA NETO, 1997, p.19). Ainda segundo o autor,

Por esta perspectiva o “deslocamento espacial seria apenas uma dimensão daquele processo, que se constituiria, num primeiro plano, na produção da força de trabalho que é o momento da aquisição da mobilidade pelo trabalhador; a acumulação primitiva da teoria de Marx. Num segundo plano ocorreria a utilização da força de trabalho, momento no qual se aprofundaria a divisão do trabalho e, finalmente, o momento da circulação da força de trabalho onde ocorre a submissão do trabalhador às forças do mercado ao este se deslocar espacial e/ou setorialmente pelos diversos ramos da atividade econômica” (GAUDEMAR, *apud* POVOA NETO, 1997 p.20).

A existência de uma massa móvel de trabalhadores não é uma condição permanente da humanidade e sim, ao contrário, criada pelo processo de desenvolvimento capitalista. Não se trata de uma simples liberalidade individual para escolha dos locais da venda da força de trabalho, mas sim um constrangimento por que passa o trabalhador ao se deslocar como estratégia de sobrevivência. Tal como proposta por Gaudemar, a concepção de mobilidade do trabalho neste caso é antagônica ao entendimento dos neoclássicos para a problemática, tendendo também para uma visão em escala ampliada do enfoque do processo de acumulação capitalista. Segundo esta abordagem, é preciso relacionar a mobilidade do trabalho com os problemas estruturais causadores de determinados fluxos migratórios, dando a esta análise uma abordagem histórico-estrutural, possibilitando assim a crítica dos discursos sobre a migração existentes. (POVOA NETO, 1997).



## **1.2 Aspectos políticos das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional**

Feitas estas considerações de caráter mais teórico sobre o processo da migração internacional, podemos nos voltar agora para a definição de alguns aspectos históricos que envolveram este tipo de migração, sobretudo em períodos mais recentes da humanidade. Um documento de caráter internacional, que tem relação direta com este tema, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Neste texto, logo no seu início explicita que:

o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”, sendo fundamental que “os direitos humanos sejam protegidos pelo estado de direito”, tratando-se de “um ideal comum a ser alcançado por todos os povos e todas as nações” (BRITO, 2013, p.88 ).

No tocante as migrações internacionais, cabe destacar também que foram realizadas Convenções Internacionais para se tratar do tema, todas organizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). As principais resoluções foram votadas nos anos de 1949 e 1975, ambas com a finalidade de garantir que os imigrantes tivessem os mesmos direitos dos nacionais, em seu país de chegada. Mesmo com a necessidade de mão de obra estrangeira para suprir as necessidades da economia em expansão, estas convenções tiveram pouca adesão de países de grande recepção de imigrantes, para ratificar o que nelas ficou decidido (BRITO, 2013).

As dificuldades de manutenção do *Welfare State*, o mercado de trabalho mais competitivo e as constantes crises do capitalismo nos países desenvolvidos fizeram com que as imigrações internacionais assumissem uma dimensão inusitada, expressa não só nas atitudes repressivas dos Estados em relação aos imigrantes, bem como expôs uma nítida importância destes imigrantes na cena política internacional, causando com isto uma politização do tema, em duas discussões principais:

1. A primeira se referindo aos imigrantes temporários que circulam no mercado internacional do trabalho, que possuem pouca – ou nenhuma – perspectiva de integração na sociedade de destino, em função da institucionalização de diferenças sociais e culturais com um viés de preconceito social e étnico. Se os migrantes temporários legais enfrentam tais barreiras, o que dizer dos ilegais, que além das adversidades anteriores, ainda enfrentam os riscos de sofrer sanções de todo tipo, além de prisão e deportação? Mas o que fica patente é que esses trabalhadores imigrantes temporários não têm em seu horizonte a integração no país de destino, fazendo parte apenas de um mercado de trabalho internacionalizado. Esta situação reflete uma das principais contradições do capitalismo contemporâneo, que prega no mercado financeiro uma livre circulação do capital e no mercado de trabalho uma restrição na circulação mão de obra. Estas restrições à circulação de pessoas acaba por se tornar um problema até de soberania nacional (já que são os Estados que detém o monopólio de legitimar ou não a mobilidade internacional dentro de seus territórios). Esta talvez seja a dimensão mais essencial da politização das migrações internacionais (BRITO, 2013).
2. A segunda dimensão da politização se refere aos imigrantes não-temporários e seus descendentes, quando estes são provenientes de culturas ou etnias diferentes, provindas as vezes de antigas colônias de países metropolitanos, nos quais não há a disposição pela assimilação pela sociedade local, decididos que são pela manutenção dos traços culturais de origem. Esta dimensão lembra o que tratava o geógrafo Pierre George em sua obra *As migrações Internacionais* (1979), já mencionada.

Conforme demonstrado nas passagens anteriores, os imigrantes que mantêm sua nacionalidade de origem não conseguem preservar os direitos que possuíam em seu país de nascença, no mercado de trabalho

internacionalizado. E sem esses direitos, estes migrantes ficam a mercê da soberania e da legislação dos Estados de destino, sendo muitas vezes considerados como “supérfluos”, reconhecidos apenas pela sua força de trabalho, disponibilizada para as tarefas socialmente subalternas – e mal remuneradas – no país de destino.

Com vistas a preservar a necessidade de proteção destas minorias, no ano de 1993 a ONU realiza a Convenção de Viena, que insiste na necessidade de proteção dos direitos humanos dos trabalhadores imigrantes, especialmente dos mais vulneráveis (principalmente as mulheres e as crianças).

Apesar de a ONU não ter conseguido ainda superar a questão fundamental da sobreposição da soberania nacional sobre o direito individual, a questão dos direitos humanos é uma condicionante importante a se considerar nas análises das políticas migratórias. Não resta dúvida de que existe uma tensão entre o regime jurídico internacional – no qual o sujeito é a nação – e o sistema de direitos humanos – no qual o sujeito é o indivíduo (independentemente de sua nacionalidade). Mesmo sendo alvo de pressões internacionais, os Estados nacionais ainda não se dispuseram a abrir mão do seu poder soberano de controle da mobilidade internacional de pessoas em seus respectivos territórios, bem como não abrem mão do dispositivo de controle de concessão de nacionalidade. A manutenção destes dispositivos demonstra que, no contexto atual, estaríamos longe de ver surgir uma governança de migrações internacionais que subordine as nações ao regime dos direitos humanos individuais. É preciso notar, porém, o surgimento de algumas iniciativas interessantes, como aquela que se deu a partir de 1970, com a criação de uma rede de organizações não governamentais (ONG's) muito conceituadas internacionalmente que visam a zelar, nas suas áreas de atuação, pelos direitos humanos no âmbito geral e pelos direitos dos imigrantes em particular (BRITO, 2013). Como assevera ainda Fausto Brito (2013, p. 95),

“A história mostra que a tutela dos direitos humanos pelo sistema internacional implantado pelas Nações Unidas, mesmo com todos os progressos após a 2ª Guerra, não assegurou o direito a ter direitos. Contudo ele se constitui em uma nova sinalização política para a compreensão crítica das democracias liberais contemporâneas, que estabelecem limites territoriais para o pleno exercício dos direitos humanos. O direito a ter direitos não é só a negação do totalitarismo nas suas formas clássicas do nazismo e do stalinismo, mas é, também, a negação dos seus resíduos que ainda prevalecem nas democracias liberais resistentes a uma verdadeira tutela internacional dos direitos humanos”

### **1.3 O Brasil e as migrações Internacionais**

Trazendo a discussão sobre a questão migratória para o caso brasileiro, a professora de relações internacionais Rossana Rocha Reis (2011) explana sobre a política do Brasil para as migrações internacionais, enquanto o demógrafo Antonio Tadeu de Oliveira (2013) visa traçar um panorama da migração no Brasil a partir de dados do censo demográfico de 2010. Neste texto, também é sugerido um pequeno debate sobre o Brasil ser um país caracterizado como de “imigração” ou de “emigração”.

Segundo apontado pela nossa revisão bibliográfica, a mudança do fluxo migratório na década de 1980 no Brasil transforma a autoimagem de país de imigrantes e foi tratada pela mídia como sintoma de fracasso da economia e política brasileira em atender às expectativas quanto ao desenvolvimento econômico e social (REIS, 2011). Como mostram os estudiosos do tema, nas maiores fases de emigração de brasileiros, os destinos eram essencialmente os EUA e Portugal. Recentemente, os brasileiros têm diversificado seus locais de destino, como é o caso do Paraguai, migração esta relacionada à expansão da fronteira agrícola, principalmente para o cultivo de soja e a pecuária (REIS, 2011).

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) nos mostra que em 2008 havia entre 2 e 3,7 milhões de brasileiros no exterior e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) trabalha com um número de 688 mil

imigrantes no Brasil no ano de 2009. A grande parte dos analistas, porém, trabalha com um contingente maior, algo em torno de 1 milhão de estrangeiros aqui residindo, contando com os “indocumentados” (REIS, 2011).

O ressurgimento do fenômeno da emigração internacional na década de 1980 com vigor em nosso país, foi em grande parte impulsionado pela crise internacional do capitalismo, que também atingiu o país. É nessa época que uma parcela importante de sua população nacional se desloca ao exterior em busca de trabalho e melhores condições de vida, parcela esta que atingiu o saldo de aproximado de 1,5 milhão de emigrantes. Foi dessa época que, com tudo que representa como processo social, a questão migratória aos poucos ocupou espaço nas políticas públicas, principalmente no tocante as garantias de direitos aos migrantes, quer seja na migração de nacionais ou de estrangeiros que aqui chegam, tornando por este motivo importante o estudo das bases de dados censitárias para melhor compreender o comportamento dos deslocamentos internacionais. Com esta finalidade, o IBGE já ha algumas décadas investiga a imigração internacional, e desde 1991 introduziu o quesito de “data fixa” em seus questionários, com a finalidade de descobrir o lugar de residência a exatos cinco anos da data de referência do levantamento, incluindo no quesito o país onde o individuo residia anteriormente. No censo de 2010, a grande inovação foi a inclusão de questões a respeito da migração internacional, que por sua vez permitiram maior conhecimento não só da imigração quanto da emigração internacional (OLIVEIRA, 2013).

A política de tratamento da questão migratória pelo Brasil está relacionada com um objetivo mais amplo no plano internacional, onde o tema é cada vez mais importante e controverso; ou seja, é uma estratégia política para defender e assegurar o protagonismo do país nos fóruns regionais e multilaterais (REIS, 2011).

O Estado Brasileiro, seus emigrantes e imigrantes

O Ministério das Relações Exteriores vem modificando a atenção dispensada aos emigrantes desde meados da década de 1980. A primeira medida importante para os brasileiros no exterior ocorreu em 1995 quando Fernando Henrique Cardoso, então Ministro das Relações Exteriores, lançou os chamados “consulados itinerantes”, que consistiam no atendimento às regiões nas quais a presença de brasileiros vinha aumentando (REIS, 2011).

Em 1996, uma mudança na legislação reconhecia o caráter de importância da emigração brasileira, com a manutenção dos laços com o país e dos seus direitos como cidadãos, havendo até a possibilidade da dupla cidadania, pois os emigrados já começavam a constituir família no exterior (REIS, 2011).

Data de 1990 a organização de brasileiros emigrados para reivindicar seus direitos e a adoção de políticas de apoio por parte do governo brasileiro. Em 2009 existiam 356 associações e organizações de brasileiros emigrados em 45 países. O recente interesse do Ministério das Relações Exteriores (MRE) pelas políticas mais abrangentes e proativas em relação aos emigrados passa pela importância de se manter laços com o emigrantes, pois isto é vital não só para as pessoas envolvidas no processo com também para o próprio país. Economicamente falando, as remessas de brasileiros do exterior são muito importantes e giraram em torno de US\$ 6,4 bilhões em 2005, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e continuam sendo uma fonte de divisas internacionais para o país, representando algo em torno de 1% do PIB nacional (REIS, 2011). Ainda para a autora,

“Outra situação relevante é que os emigrantes votam. Entre a eleição de 2006 e a de 2010 o aumento no número de eleitores foi da ordem de 132%, saltando de 86 mil para 200 mil eleitores. Comparado com 1989, ano da primeira eleição direta após o regime de ditadura, o salto é de quase 1.000%. Em relação aos eleitores nacionais, o número representa 0,148% mas mesmo assim, pela importância do quantitativo de eleitores do exterior, o voto dos emigrantes faz parte da aritmética da política nacional”. (REIS, 2011, p.51)

Em 2002 o candidato à Presidência da República Luis Inácio Lula da Silva lança a “Carta aos Brasileiros longe de casa” na qual encampa um conjunto de propostas políticas, entre elas a redução das taxas cobradas para o envio de remessas do exterior, além da melhoria no atendimento consular para os emigrantes. Data também de 2002 o *I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior*, contando este encontro com emigrantes, políticos, religiosos e pesquisadores, com a consequente redação ao final do Documento de Lisboa. Constava deste Documento a criação de um grupo interministerial de trabalhos para tratar do tema da emigração; a criação de um Departamento ou Secretaria no âmbito do MRE para os assuntos de emigração, de um mecanismo para que os emigrantes fossem representados, inclusive em comissões no Congresso Nacional para as questões específicas de interesse de brasileiros no exterior, além da manutenção e ampliação dos consulados itinerantes, e outras medidas visando a garantia de todos os direitos dos emigrantes brasileiros. (REIS, 2011)

Entre 2005 e 2006 funcionou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista visando apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os EUA e outros países, além de assegurar direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior. Essa comissão participou do Encontro de lideranças brasileiras nos Estados Unidos, onde na oportunidade foi elaborada a Carta de Boston. Desta Carta constavam as seguintes reivindicações dos emigrantes ao governo e Congresso brasileiros: a ampliação dos consulados itinerantes, maior envolvimento dos consulados com as comunidades de emigrantes nos EUA e um maior esforço do governo para tratar com os EUA os casos de vistos para reunificação familiar, de trabalho e apoio jurídico aos brasileiros presos, entre outras (REIS, 2011)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Foram adotadas pela CPI em suas recomendações muitas propostas constantes do Documento de Lisboa e da Carta de Boston, o que vem sendo adotado aos poucos pelo governo brasileiro. Foi criada também em 2006 uma Subsecretaria geral para as Comunidades Brasileiras no Exterior com a finalidade de auxílio aos brasileiros do exterior e

Em 2008 realizou-se a *Conferência Brasileiros no Mundo* na sub-sede do Itamaraty no Rio de Janeiro. Na segunda reunião da Conferência em 2009 foi sugerida a criação do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE) que foi incorporado ao Decreto Presidencial nº 7214 que estabelece também diretrizes das políticas governamentais aos emigrantes; determina a reunião anual da Conferência e formula a Ata Consolidada de Demandas da Comunidade, baseada em reivindicações colhidas nas duas primeiras conferências (REIS, 2011).

Em 2010 foi realizada a III Conferência Brasileiros no Mundo, que contou com a presença do presidente Lula, de oito ministros, deputados, senadores, governadores e outras autoridades. Também na oportunidade foi empossado o Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE) que foi formado por quatro representantes de cada uma das regiões do mundo. Este conselho trabalha em conjunto com a Subsecretaria para Comunidades no Exterior. Mas as ambições dos emigrados não param por aí, elas incluem a representação de emigrantes no Congresso Nacional e uma Secretaria da Emigração vinculada à Presidência da República e que esta seja ocupada por alguém com experiência migrante (REIS, 2011).

Feitas estas considerações sobre os brasileiros que vivem atualmente no exterior, podemos nos perguntar: quais as principais características da população de imigrantes que habita atualmente em território brasileiro?

Vivem no Brasil entre 600 mil e um milhão de estrangeiros atualmente. É um número baixo quando comparado com o total da população brasileira, mas a concentração deles em algumas cidades chama a atenção, como é o caso dos bolivianos e chineses em São Paulo e os libaneses em Foz do Iguaçu (REIS, 2011).

A legislação para estrangeiros data de 1980, ainda na vigência da ditadura militar e está baseada na lógica da então chamada “segurança nacional”. A lei foi elaborada num período em que os militares estavam

---

a ajudar os estrangeiros que queiram entrar no Brasil, através da cooperação jurídica internacional. (REIS, 2011).



descontentes e “desconfiados” em relação aos religiosos estrangeiros e sua interferência em “assuntos internos” e visava dar maior facilidade à expulsão dos estrangeiros que se envolvessem em atividades políticas no país. A Igreja Católica, desde o princípio, foi crítica da legislação e segue sendo atualmente a base para organizações de defesa dos imigrantes. A principal crítica à Lei de 1980 é de que ela está em flagrante descompasso com os ditames da Constituição de 1988 e se torna assim um “ponto fraco” quando trata das questões dos emigrantes brasileiros nas negociações e fóruns bilaterais e multilaterais (REIS,2011).

Institucionalmente, o trânsito de pessoas nas fronteiras do Brasil está a cargo e envolve os ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, do Trabalho e a Polícia Federal e é coordenado pelo Conselho Nacional da Imigração (REIS,2011)<sup>2</sup>.

As mudanças ocorridas na relação entre o Estado brasileiro e os imigrantes se devem principalmente ao ativismo e a pressão política realizada por estes imigrantes. O Estado se tornou mais sensível às reivindicações do grupo. Outra situação menos destacada pela literatura é a visão de que as migrações internacionais são um tema estratégico nas relações internacionais para o século XXI, fato este que fez com que se avançasse as possíveis mudanças na legislação brasileira, referente aos estrangeiros (PL 5.655/2009), pois para exigir um tratamento mais digno e mais humanitário aos emigrados brasileiros o país deveria oferecer o mesmo aos imigrantes no país (REIS, 2011).

Trazer o tema das migrações e a questão dos direitos humanos para os fóruns internacionais reforçou as posições da política externa brasileira. De uma forma geral o país tem procurado denunciar as discrepâncias entre

---

<sup>2</sup> O debate sobre a mudança da legislação tem pouca repercussão infelizmente. Cabe ressaltar que já foram promovidas três anistias a imigrantes em 1988,1998 e a última em 2009, demonstrando ao boa vontade para a solução dos casos dos indocumentados, mas revela também a persistência do problema nos últimos anos e a necessidade premente de uma política mais abrangente (REIS, 2011).

os discursos de direitos humanos de EUA, União Européia e o tratamento que estes tem oferecido aos imigrantes (REIS, 2011).

Na abertura do 3º Forum Mundial Aliança das Civilizações, promovido pela ONU e realizado no Rio de Janeiro em 2010, o presidente Lula utilizou o endurecimento das políticas em relação aos imigrantes nos países ricos como um dos argumentos para criticar a ordem mundial<sup>3</sup>. Para Reis (2011, p. 65)

finalmente, precisamos estar atentos ao recrudescimento de manifestações xenófobas e do preconceito contra estrangeiros, sobretudo africanos e latino-americanos nas cidades onde a sua presença se tornou mais visível. Em São Paulo, são frequentes os relatos de extorsão, discriminação na escola, péssimas condições de trabalho e discriminação no acesso a serviços públicos. É necessário ter em mente que, mantido o atual processo de crescimento econômico e considerando o desenrolar do processo de integração regional, a tendência é que a imigração para o Brasil só venha a crescer nos próximos anos, de modo que um marco legislativo e institucional adequado para lidar com as migrações internacionais é, mais do que nunca, fundamental. Do ponto de vista moral, por uma questão de respeito aos direitos humanos dos imigrantes; do ponto de vista doméstico, para evitar o surgimento de problemas sociais e políticos de maiores proporções e de solução mais complicada; e, finalmente, do ponto de vista da política externa, porque o tema da gestão das migrações internacionais é e continuará sendo central no plano das relações internacionais ainda por muitos anos.

É sobre este novo contexto que o demógrafo Antonio Tadeu de Oliveira analisou informações relevantes do Censo de 2010 do IBGE, que conjuntamente ao censo 2000, permitiu subsidiar a análise da questão migratória e o debate que se propõe sobre o seguinte tema: *o Brasil é um país de emigração ou de imigração?*.

De posse das informações do censo 2010, Oliveira (2013) inicia uma explanação dos fluxos migratórios internacionais, principalmente analisando a imigração internacional e depois a emigração internacional. Já para o

---

<sup>3</sup> Incapazes de assumir seus próprios erros alguns governantes buscam transferir o ônus da crise para os mais fracos....Ao mesmo tempo se mostram lenientes com os paraísos fiscais e responsabilizam os imigrantes pela crise social” (Abdala,2010 apud REIS, 2011, p.63).

primeiro tema analisado, o censo aponta um incremento no período de 2005-2010 quando este é comparado ao período de 1995-2000, com quantidades apontando cifras de 269 mil contra 143 mil de imigrantes respectivamente para os períodos. Para explicar esse incremento da ordem de 83%, dois fatores são trazidos a tona pelo autor, quais sejam:

“ A) a estabilidade econômica do país a partir de meados de da década de 1990 e B) os reflexos que o estouro da bolha imobiliária americana impingiu aos países desenvolvidos, além da crise financeira iniciada no ano de 2008, fatores estes que também influenciaram no retorno de brasileiros do exterior” (OLIVEIRA, 2013, p.197)

Estes brasileiros retornados foram catalogados estranhamente como “imigrantes internacionais de retorno”. Estranheza esta causada pelo fato de que na história migratória brasileira, imigrante era sinônimo de estrangeiro. Como previsto nas “leis de migração” o esperado aconteceu: uma contracorrente migratória que trouxe na sua esteira muitos nacionais que conceitualmente foram rotulados de imigrantes internacionais de retorno, quando o correto seria chamá-los de brasileiros retornados (OLIVEIRA, 2013).

A partir deste ponto discorre-se sobre a análise descritiva dos dados de Imigração, destacando que

“mais da metade dos imigrantes dirigiram-se por ordem de grandeza aos estados de SP, PR e MG, surgindo com alguma importância outros estados como RJ e GO, contrapondo o censo de 2000 onde os principais estados que receberam imigrantes foram SP, PR seguidos de RJ, RS e MS” (OLIVEIRA, 2013, p.198).

Ainda segundo o Censo 2010, os principais países de onde os brasileiros retornaram foram EUA, Japão, Paraguai, Portugal e Bolívia, seguidos do Reino Unido, Espanha, Itália, França e Alemanha. Excetuando Paraguai e Bolívia, o censo explica o retorno de brasileiros em função da

crise econômica capitalista dos países desenvolvidos elencados (OLIVEIRA, 2013)<sup>4</sup>.

O segundo item analisado por Oliveira – a Emigração Internacional –, destaca a saída nos anos de 1980 de expressiva parcela de brasileiros em direção a EUA, Europa e Japão, fato este que pautou a questão da emigração internacional entre os assuntos mais importantes nas discussões de demógrafos, cientistas sociais, bem como de organismos governamentais e da sociedade civil. Essa saída foi contabilizada (através de estimativas) pelo Ministério das Relações Exteriores entre 2 a 3,7 milhões de pessoas, enquanto que para a Organização Internacional para as Migrações (OIM) as cifras chegavam aos números de 1 a 3 milhões de emigrantes, explicitando assim a grande imprecisão das estatísticas (OLIVEIRA, 2013). Para o autor,

Para melhorar a aferição destes números, o censo 2010 introduziu “um bloco de perguntas” sobre a emigração internacional que foi feito em todos os lares brasileiros. O caráter investigativo trouxe a vantagem de ampliação do alcance da pergunta sobre alguém que tenha residido no domicílio estar vivendo no exterior em 31/07/2010. Este poderia ter qualquer relação com qualquer morador do domicílio. Caso houvesse desmembramento do domicílio o dado poderia ser duplicado e caso todos os moradores tivessem emigrado a informação seria perdida. (OLIVEIRA, 2013, p.201)

Verificou-se a vantagens e desvantagens nas metodologias que passaram a ser empregadas, e os especialistas entenderam como avanço a inclusão de tais perguntas no Censo 2010. O resultado obtido mostrou uma sub-representação de dados, pois foram contabilizados apenas 491 mil brasileiros no exterior, cifra bem abaixo do esperado (OLIVEIRA, 2013).

---

<sup>4</sup> Em referência a análise do Censo quanto ao sexo, o fluxo migratório foi majoritariamente de homens vindos dos EUA da Argentina. Para o fluxo migratório vindo do Paraguai foi registrado um maior equilíbrio na distribuição por sexo dos migrantes: 12,3 mil homens e 12,2 mil mulheres. (OLIVEIRA, 2013). Quanto a faixa etária o censo 2010 apontou que “aproximadamente 67% dos indivíduos tinham entre 20 e 49 anos, 13,7% eram menores de 15 anos e 5,4% tinham 60 anos ou mais, caracterizando dessa forma o caráter laboral que teve o perfil deste deslocamento”. (OLIVEIRA, 2013, p.200). No tocante a qualidade, “os imigrantes estrangeiros ou brasileiros possuíam bom nível de instrução, com apenas 30,5% deles com até o ensino fundamental incompleto, fato este que trouxe ao país a mão de obra qualificada e jovem, agregando valor ao mercado de trabalho bem como minimizando o custo de investimento para formação de capital humano” (OLIVEIRA, 2013, p. 200-201).

Apesar destes problemas, as informações coletadas são valiosas pois permitem uma aproximação da idade e do sexo dos emigrantes, além do destino da migração, proporcionando: A) o uso de técnicas demográficas indiretas para o cálculo do saldo migratório internacional; B) uma melhor utilização deste saldo migratório nas projeções da população relativos a sua distribuição espacial por sexo e idade e; C) orientação aos estudos qualitativos sobre o fenômeno da migração (OLIVEIRA, 2013)<sup>5</sup>.

Quanto aos lugares de origem dos emigrantes, a “região sudeste ficou com a maior participação, sendo 21,6% de SP, 16,8% de MG e 7,1% do RJ. O estado do PR ficou em primeiro da região sul com participação de 9,3% de emigrantes. Também ficaram destacados a Bahia com 5,3% e Goiás com 7,2%” (OLIVEIRA, 2013, p.204).

Já para o lugar de destino, verificou-se que apesar de haver imigrantes brasileiros em 193 países, as maiores concentrações ficaram com apenas seis países: EUA 23,8%, Portugal 13,4%, Espanha 9,4%, Japão 7,4%, Itália 7% e Inglaterra 6,2%. Para o IBGE, estes números refletem os laços históricos e as redes sociais criadas *com e nestes* países e, se fossem somados outros dezenove destinos principais da presença de emigrantes brasileiros, seriam totalizados 94% de nossa emigração internacional (OLIVEIRA, 2013).

É neste contexto que os estudiosos do tema se perguntam se o Brasil seria predominantemente um país de emigração ou de imigração? Historicamente, desde o início da colonização portuguesa ao Brasil, que se fez pela necessidade de manutenção do domínio territorial e dos recursos a serem extraídos, o Brasil foi um poderoso polo de atração de migrantes. Inicialmente a população de nativos era da ordem de 1 a 3 milhões quando da chegada dos portugueses em solo brasileiro. Com o início da exploração

---

<sup>5</sup> Destaca-se dados da emigração internacional no tocante as informações mais relevantes. Quanto a estrutura de sexo e etária, destacam-se os grupos de 20 – 24 e 25 – 29 anos que compõem os maiores percentuais, o que concebe a visão de que a migração é característica de busca por oportunidades de trabalho no exterior e característica do momento de crise por que passava o país na década de 1980. Vale ressaltar a participação feminina em todos os seguimentos de idade. (OLIVEIRA, 2013).

canavieira, a metrópole enviou à colônia expressivo contingente populacional e logo depois iniciou a utilização de negros escravos que estima-se chegou ao número de 3 milhões de pessoas submetidas a escravidão (OLIVEIRA, 2013).<sup>6</sup>

Para o período situado entre 1500 e 1930, o autor considera razoável a adjetivação do Brasil como país de imigração, em razão da contribuição estrangeira ao volume da população. Destaca-se também que na construção da identidade cultural e social do país, esta migração ajudou a formação da nação brasileira (OLIVEIRA, 2013).

Para subsidiar a tese de país de emigração (OLIVEIRA, 2013) lança mão da análise do ocorrido a partir da década de 1980 quando “após longo período sem trocas internacionais expressivas o país retorna ao cenário da migração internacional como país emissor” (OLIVEIRA, 2013, p. 206). É analisada a década como sendo difícil, com o fim do “milagre econômico” da ditadura e a crise mundial pela qual atravessava o capitalismo. “Houve nesse período, a nível mundial, a decadência do modelo de acumulação fordista na economia, o que interrompe os investimentos internacionais no país, levando o Brasil a estagnação da economia com elevados níveis de desocupação da população” (OLIVEIRA, 2013, p. 206). Neste cenário desfavorável, uma alternativa que se apresentou foi a da emigração internacional, cujo saldo migratório se estimou em 1,5 milhão de pessoas, permanecendo vigoroso até a década de 1990. Com isso começou a surgir entre técnicos e autoridades governamentais adjetivações de que o Brasil se tornara país de emigração, muito embora o percentual de emigrantes não correspondesse a 2% da população total. (OLIVEIRA, 2013)

---

<sup>6</sup> A situação só foi alterada quando a partir da segunda metade do século XIX foi introduzida com sucesso a mão de obra livre estrangeira. Esses imigrantes vinham da Europa Central com suas famílias, devido às transformações econômicas que passava seu continente e a busca de condições de melhor vida na América. Esse fluxo de imigração internacional se manteve expressivo até 1930, contando inclusive com imigrantes de origem asiática. O número estimado de pessoas que para cá vieram gira em torno de 4,05 milhões (OLIVEIRA, 2013).

O processo se inverte a partir dos anos 2000, devido a melhoria na economia do país e a crise capitalista que atingiu os países desenvolvidos. Desde esta época, ocorre o retorno de muitos brasileiros e também a chegada de um volume expressivo de estrangeiros. Os brasileiros retornavam basicamente de países com que o Brasil mantinha historicamente relação de trocas internacionais, principalmente EUA, Portugal, Espanha, Japão e Itália (OLIVEIRA, 2013).

Com essa reversão de fluxo migratório, alguns estudiosos do tema procuram classificar o Brasil como país de imigração. “O ápice se dá com a realização do Seminário de Políticas Migratórias e Direito dos Migrantes entre os dias 16 e 18 de maio de 2012, evento este organizado pelo Ministério da Justiça, onde essa afirmação teve respaldo não só de órgãos governamentais como também de setores acadêmicos” (OLIVEIRA, 2013, p.207).

Alguns números ilustram a questão migratória do Brasil. Em 2011 o IBGE estima a população do país em 192,4 milhões de pessoas. Nesse mesmo ano o Ministério da Justiça estima que residiam no país 1,5 milhão de estrangeiros. Já para o Ministério das Relações Exteriores esse número é de 3,1 milhões de estrangeiros. Nesse caso, os imigrantes estrangeiros representam 0,8% da população nacional, enquanto os emigrantes brasileiros representam 1,6% da população. São proporções pouco expressivas para classificar o Brasil como país de emigração ou de imigração. Enfim, os dados censitários não evidenciam cabalmente nenhuma destas duas condições, isto é, de que o país foi de emigração nas décadas de 80 e 90, e/ou de imigração no início do século XXI (OLIVEIRA, 2013).

Esta abordagem visa chamar a atenção para as descabidas e alarmantes colocações da mídia conservadora que apontam as entradas de imigrantes como ameaça ao desenvolvimento do país, estimulando na sociedade sentimentos de xenofobia, enaltecendo a chegada da força de trabalho europeia e norte-americana, mas criticando a entrada de

trabalhadores de países mais pobres – ou em desenvolvimento –, vizinhos ou não do Brasil, como é o caso dos haitianos. (OLIVEIRA, 2013)



## **CAPÍTULO 2 – FENOMENOLOGIA DA MIGRAÇÃO: O QUE É SER MIGRANTE E DO MÉTODO PARA SUA CONTABILIZAÇÃO**

### **2.1 A visão da fenomenologia sobre as migrações**

Podemos dizer que estar no mundo contemporâneo é conviver com a experiência da mobilidade e da migração, com todas as suas implicações culturais, políticas e sociais. Mas se nestes tempos temos tantos migrantes, uma pergunta se faz necessária: o que é ser migrante? Quais as novas teorias que surgiram recentemente, que podem permitir os debates propostos por autores como Pierre George e Helion Pova Neto?

“O migrante é um ser deslocado, movido de seu lugar primevo” (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010, p.407), constituindo este o foco central para se encontrar o significado desta condição. Tradicionalmente, os estudos migratórios giravam em torno das “leis da migração” e dos fatores de atração e repulsão das populações, derivados da estrutura do capital e suas necessidades. Por ser um fenômeno complexo e multifacetado, a migração é estudada por várias disciplinas, cada qual com seu objeto e suas abordagens.

Devido a crescente mobilidade planetária, no período “pós” 1990, o efetivo aumento da velocidade, intensidade e diversidade dos fluxos migratórios, torna-se um fenômeno de mais difícil apreensão. Tanto o fluxo, como a dinâmica dos migrantes é mais complexa, pois têm seus ritmos espaço-temporais muito variados. Com isto, pode-se dizer que recentemente se desenvolveram pelo menos duas grandes abordagens teóricas nos estudos migratórios:

1. uma com foco na ênfase dos processos identitários – na esfera do cotidiano e dos “micro-processos”
2. e outra com atenção para a dimensão espacial do fenômeno.

Segundo dois estudiosos do tema,

É possível afirmar ainda que há várias formas de abordagens do tema da migração: os chamados “estruturalistas”, por exemplo, focam na atenção a identidade e nos elementos simbólicos do processo; há também o enfoque na “dimensão territorial das migrações”; mas a maior parte da bibliografia sobre o tema toma o “viés sociocultural” dos grupos e de suas práticas, existindo também o “viés materialista”, que limita o território às relações de poder das forças econômicas e políticas (MARANDOLA JR e DAL GALLO, 2010,p.408).

Conforme demonstram os mesmos autores,

É na Geografia em que estas abordagens são potencialmente conciliadas, pois ela é mais do que o estudo de padrões espaciais da migração, que em sua análise contemporânea considera o lugar como dotado de significado e de dinâmica cultural, lançando um olhar para as dinâmicas próprias do e no espaço, intrinsecamente integrante da população que ali vive (MARANDOLA JR e DAL GALLO, 2010, p.408)

E complementam: “Como uma mobilidade em si, a migração é um fenômeno que envolve tanto a materialidade quanto a produção social e a corporeidade, necessitando destes três polos para ser compreendida” (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010, p.408)

Como mostram também Marandola Jr. e Dal Gallo (2010, p. 409), “A pergunta que é ser migrante tem sua resposta na territorialidade e na existência de dois termos centrais para esta construção: lugar e ser”. Para os autores, mais importante ainda é ressaltar a essência fenomênica do ser-lugar, que é central para se pensar em termos ontológicos a questão do que é ser migrante. Para Casey (2001) não há lugar sem homem, nem homem sem lugar. Esta afirmação revela a compreensão ontológica da espacialidade a partir da qual existe a indissociabilidade ser-lugar, homem-espaço. Somos nossos lugares, assim como eles nos são. Para os autores, a quebra do vínculo original com o lugar iniciado pelo processo migratório ocorre em termos existenciais, e se dá pela modificação da relação originária *self*(eu)-lugar, migração esta que implica deixar os lugares da infância, juventude ou fase adulta, locais estes que são responsáveis pela nossa

formação enquanto pessoa e sobre os quais se edificaram nossa identidade. Significa sair dos territórios de segurança e lançar-se no desconhecido mundo, sair para lugares de pouca ou nenhuma familiaridade, com pouco ou nenhum controle, o que se considera uma das raízes da insegurança (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010).

Estas mudanças são responsáveis por um razoável numero de situações de *stress* e luto entre os imigrantes, relacionadas com a perda, desorientação e incertezas delas decorrentes. O destino significa nova realidade cultural e espacial para o migrante, pois alguns processos estão no porvir, tais como a integração, assimilação, a separação ou a marginalização, pois estão envolvidos não somente questões comportamentais ou culturais, mas também a adaptação do próprio modo de ser do migrante (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010).

Neste processo que é ao mesmo tempo geográfico, econômico, político e antropológico, se verifica o embate entre migrantes e estabelecidos. Os migrantes – enquanto o “outro” da relação – são o desconhecido que ameaça o “eu” e a sua pureza; o que provoca medo e repulsa, e não raro reações hostis. Evidencia-se a diferença de pertença e identidade entre grupos e também uma diferenciação de apropriação dos saberes do lugar e de sua inserção territorial (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010).

Segundo ainda MARANDOLA Jr. e Dal GALLO (2010), migrar obriga os indivíduos a desenvolverem outros tipos de territorialidade, a darem um “salto para o desconhecido”. E isto causa uma desestabilização da ligação essencial ser-lugar que incorre, por sua vez, num abalo na segurança existencial e identitária territorial no migrante, que se vê num desencaixe espacial, o que o torna suscetível às angustias e ansiedades da necessidade de enraizar-se no local de destino ou de manutenção de vínculos com o lugar de origem, apesar de ter migrado. A segurança existencial e a identidade dependem do estabelecimento e cultivo de laços com o lugar e do

envolvimento com ele. Para os autores, (MARANDOLA JR. e DAL GALLO, 2010, p. 411),

Nesse sentido, o migrante sente a necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar. Mas esta fixação no lugar de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e espacial. O envolvimento de um indivíduo com o lugar é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente, havendo fatores encorajadores/incentivadores desse envolvimento, enquanto que podem ocorrer fatores que repelem a tentativa ou interesse no envolvimento. Dentre os fatores encorajadores a identificação com o lugar é crucial. O estabelecimento de laços e a sensação de pertencimento ocorre em lugares cujas características sociais, culturais e a organização espacial não sejam totalmente desconhecidas e é chamada de *place attachment* (envolvimento com o lugar) que é um dos aspectos dos efeitos do lugar ou senso de lugar.

Esse envolvimento com o lugar baseia-se nos laços emocionais, na afetividade e na afetação causada pelo lugar na pessoa, sendo a base do senso de lugar. Esse envolvimento pode ou não ser buscado, assim como pode ou não ocorrer sem uma intencionalidade. Dessa forma a “*filia*” existe em relação tanto a lugares do espaço de origem quanto aos locais de destino, estando no centro dos elementos que do ponto de vista da experiência vão influenciar na forma como os migrantes irão ou não se envolver com o novo lugar. (MARANDOLA JR, DAL GALLO, 2010)

A relação ser- lugar pressupõe uma construção mútua e simultânea de ambos: o sujeito constrói o lugar ao mesmo tempo que é construído por ele. Os lugares em que o indivíduo viveu ou vive são responsáveis pela constituição de sua maneira de ser, assim como garantem a continuidade desse ser, baseada na experiência (MARANDOLA JR, DAL GALLO, 2010, p. 411).

Pela necessidade do migrante de preservar sua personalidade, sua identidade e de voltar a ter a sensação de pertencimento, isto o leva a um contínuo e gradual processo de edificação de “lugares próprios” que o permitem enraizar-se. Estes lugares constituem-se no território dos migrantes, configurando-se como base e fundamento das redes sociais por

eles estabelecidos. Um dos lugares em que a perda do migrante é mais sentida relaciona-se com a sua casa, pois este é o lugar por excelência onde se encontram suas memórias e em último grau sua própria identidade, identidade essa que pode envolver toda a terra natal e seu imaginário. No local de destino o migrante precisa reconstruir sua casa e a si próprio, sendo este ato onde o migrante recoloca as bases espaciais de sua existência. Ao tornar a casa uma expressão de si mesmo, o migrante traz a tona seu *ser*, pois para este trabalho precisa apropriar-se, fixar-se, enraizar-se. Consequentemente, é fundamental para o migrante conseguir tranquilidade e estabilidade ontológica no lugar de destino (MARANDOLA JR, DAL GALLO, 2010).

Para o entendimento das migrações a partir desta vertente fenomenológica, é preciso atentar também para as *redes sociais* que são formadas a partir do deslocamento e do enraizamento destes indivíduos. No processo de construção de seus lugares, o migrante compõe uma nova rede de relacionamentos em lugares específicos, o que aumenta aos poucos sua sensação de segurança e promove seu enraizamento. A composição destas redes sociais se dá tanto com os migrantes temporários quanto com as famílias que pensam em ficar definitivamente no local de destino, guardadas as peculiaridades de cada caso. Essas redes sociais são essenciais para o entendimento do processo migratório, passando pelos motivos e fluxo que levaram o migrante ao lugar de destino, pois costumeiramente essas redes são formadas por relações de parentesco, vizinhança e amizade. (MARANDOLA JR, DAL GALLO, 2010).

A análise do papel das redes no fenômeno migratório permite o entendimento da dimensão estrutural das escolhas e motivos da migração. É possível compreender também a existência de capital simbólico e material a que tem acesso o migrante no lugar de destino.

Para o migrante, a inserção nas redes sociais é motivo de identificação e pertencimento, sendo por isso na maioria das vezes o fato gerador de amortecimento do impacto e do *stress* das mudanças espaciais,

por ele vividos, pois lhe é fornecido um espaço de segurança e garantia de reconhecimento de seu modo de ser, fazendo com isso uma “ponte” ao lugar natal. Essas redes têm como base a cooperação entre seus membros, figurando a identificação como fator de aglutinação e confiança. A reciprocidade permite a troca de capital social entre seus membros.

A importância da rede social no território do migrante se dá pelo encontro de cosmovisões do migrante com o imaginário local, produzindo a recriação de símbolos de sua identidade num verdadeiro encontro de culturas.

Existencialmente, os migrantes constroem territorialidades que são como “pequenos mundos” onde se compartilham lugares, paisagens, signos e símbolos. O grupo pensa coletivamente e organiza seu território de modo semelhante por partilhar uma mesma cultura e um estilo/modo de vida. Neste patamar as redes sociais podem ser entendidas como “microterritórios”, onde um grupo relacional exerce suas práticas sociais e afirma seus atributos identitários com isso atendendo suas necessidades relacionais e preservando sua identidade.

As redes sociais tornam-se fundamentais para a identidade territorial dos migrantes, pois isto significa tornar-se parte de determinados círculos sociais, redes de lugares e itinerários onde se partilham sentimentos coletivos em relação a signos, códigos e práticas culturais. Nas migrações internacionais as associações de migrantes formam e articulam essas redes funcionando como elemento “matricial” da própria rede social.

Sendo fundamentadas na família e nos laços elementares de parentesco, vizinhança e amizade, as redes sociais desenvolvem o papel de “célula protetora”, filtrando eventuais ameaças que o migrante possa vir a sofrer. Esta convivência instiga as famílias, amigos e conhecidos a se encontrarem e cultivarem seus laços, bem como estabelecerem outros novos.

Diferentemente das redes sociais está o chamado “sistema do lugar”, onde a falta de envolvimento entre população local e os migrantes faz com que estes tenham que traçar estratégias de seguranças “desencaixadas”, vinculadas a existência de uma rede impessoal de instituições, organizações e empresas, estas por sinal tem como ponto forte a padronização e a dispersão espacial. No atual período da globalização, surgem os chamados lugares neutros ou globais, onde há uma certa homogeneização e padronização do comportamento social; são os shoppings, as grandes redes de supermercados, etc. que não exigem envolvimento ou socialização para serem frequentados pois são organizados sob os mesmos códigos globais da vida metropolitana. Contrariamente às redes sociais e ao sistema lugar, esses lugares neutros têm uma lógica desencaixada, o que não exige do migrante o conhecimento da dinâmica da cultura local. Isto possibilita ao migrante frequentar os mesmos lugares padronizados, como em sua terra natal, usufruindo da impessoalidade que lhe dá segurança pois não há compromisso de envolvimento com o local. (MARANDOLA JR, DAL GALLO 2010).

Ao contrário de antes, onde mudar-se significava distanciamento absoluto, migrantes regionais ou internacionais mantém muito vivos os laços com a terra natal, permanecendo ligadas a ela e apenas funcionalmente ao lugar de destino. Isso se deve as melhorias no sistema de transporte (aéreo, rodoviário) bem como ao sistema de comunicação (telefonia e internet) que permitem ao migrante esta vivencia deslocada do lugar, à distancia, tornando-se a indiferença ao lugar como forma de relação com ele, estando esta associada ao não envolvimento, uma forma de escapismo que afeta de forma ambivalente o escapista, pois protege-o de certos riscos ao mesmo tempo que o expõe a outros. Este tipo de relacionamento afeta a vulnerabilidade do lugar e das redes sociais no tocante ao provimento de proteção.

Feitas estas considerações sobre os conceitos de “rede social”, “sistema lugar” e “lugares neutros”, pode-se entender melhor as atuais

condições de fluidez das migrações, e podem ser empreendidos métodos relevantes de análise quanto a trajetória particular dos migrantes, já que estes métodos permitem apreender novos elementos essenciais do processo, ampliando-se o universo de questões e fatores relevantes no fenômeno da migração. Assim,

As dimensões territorial e existencial da migração fazem parte da constituinte do fenômeno e por isso sua reflexão e o avanço na sua problematização contribuirão para enfrentar as questões que a sociedade tem colocado sobre a mobilidade no mundo contemporâneo (MARANDOLA JR, DAL GALLO, 2010, p.419).

## **2.2. Método para estimar populações difíceis de contar**

Um último – e breve – comentário pode ser feito em relação à migrações de haitianos, que procuraremos estudar de forma mais empírica no próximo capítulo deste trabalho. Em razão da dificuldade de contabilização oficial do número real de imigrantes haitianos que aportaram em terras brasileiras a partir de 2010, nossa pesquisa indicou que seria interessante a identificação de outras metodologias para o levantamento de números mais precisos quanto ao fluxo migratório, que parece não ter cessado ainda.

Emigrantes internacionais são enquadrados no que a literatura especializada denomina – no que tange à formulação de métodos para estimar a distribuição do tamanho da rede pessoal – de (sub)populações difíceis de contar (*“hard to count subpopulations”*). Em função dos registros oficiais, obtém-se o tamanho de certas subpopulações que possuem algum traço comum, porém existem algumas subpopulações cujo tamanho é desconhecido por causa da impossibilidade de mensuração direta, como no caso dos imigrantes internacionais que se encontram em situação irregular. Fica então demonstrada a necessidade de se ter estimativas confiáveis de quantidade das pessoas dessa subpopulação, quando se planeja a formulação de políticas públicas (SOARES, FAZITO, FARIAS, 2012).



Para tanto, utiliza-se o método da ampliação das redes sociais (*Network Scale Up – NSU*) para a obtenção da estimativa dessas subpopulações difíceis de contar. Esta metodologia implica pouca exposição dos entrevistados, mesmo que seu foco seja as subpopulações vulneráveis de grande suscetibilidade, mostrando-se bastante promissora sua utilização para se estimar migrantes internacionais. A metodologia é interessante do ponto de vista científico pois também considera aspectos de investigação demográfica com pressupostos sociológicos das interações sociais de grupos e indivíduos possuidores de atributos sociodemográficos comuns (SOARES, FAZITO, FARIAS, 2012, p.103).

A metodologia supra citada seria assim resumida:

O método conhecido como *Network Scale-Up* (NSU) – método de ampliação das redes sociais –, utilizado para estimar “populações difíceis de contar” (*hard-to-count populations*), baseia-se na ideia de que as populações humanas se organizam numa rede complexa de interações sociais, na qual todos os indivíduos, independentemente de atributos pessoais distintos, estão conectados. Conhecendo-se, então, o padrão das redes pessoais associado a determinados atributos individuais, é possível estimar “parcelas” da população que possuem esses mesmos atributos. Os emigrantes internacionais, em especial os que se encontram em situação irregular, enquadram-se nesse tipo de subpopulação, cujo tamanho é desconhecido dada a dificuldade ou até mesmo a impossibilidade de mensurá-la diretamente. (SOARES, FAZITO, FARIAS, 2012, p.101).

Essa poderia ser uma forma de contabilizar os milhares de imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil a partir de 2010, mas ficaria restrita apenas a frieza dos números, não levando em consideração as agruras pelas quais essas pessoas passaram. Mas o nosso olhar procurará se deter com mais atenção às implicações humanas referentes a essa migração, como veremos no capítulo seguinte.

## **CAPITULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL**

### **3.1. Aspectos gerais da migração de haitianos com destino ao Brasil**

Com base nos conceitos e temas tratados nos capítulos anteriores, procuraremos nesta terceira parte do trabalho focar nossa busca na questão dos refugiados haitianos no Brasil, e buscaremos entender melhor como são concedidos os vistos humanitários em território brasileiro, já que estas questões nos permitirão analisar de forma mais empírica o caso da atual migração haitiana ao Brasil. A identificação das causas desta migração permitirá ainda jogar luz sobre suas singularidades, entre elas a criação da Missão das Nações Unidas pra a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e a magnitude desse fluxo migratório, pois segundo o Itamaraty a imigração haitiana ao Brasil pode ser comparada historicamente às migrações de italianos e japoneses do século passado (MORAES, ANDRADE e MATTOS, 2013).

Valendo-nos tanto da abordagem histórico-estruturalista, quanto da interpretação fenomenológica para um estudo abrangente do processo migratório, não foram contabilizados somente os fatores repulsivos e atrativos que orientaram os deslocamentos, mas também consideraram-se as demais condições sociais, culturais e subjetivas dos circuitos formados, buscando fazer uma análise da imigração haitiana em três níveis, conforme sugeriu parte da bibliografia analisada: o nível ambiental, o normativo e o psicossocial (MORAES, ANDRADE e MATTOS, 2013).

#### Contextualização Histórica

A recente crise generalizada que se instalou no Haiti, primeira República de população majoritariamente negra do mundo, não pode ser analisada de forma pontual ou simplória. Nessa análise deve ser resgatada

sua história marcada por intervenções, ditaduras, corrupção e desastres ambientais, caracterizando a atual realidade socioeconômica e política do país.

O Haiti é considerado o país mais pobre das Américas e sempre foi marcado, desde a sua formação, por desigualdades sociais, instabilidade política e violência. Para conquista da sua independência em 1804 foram necessários 13 anos de sangrentas lutas. Entre 1915 e 1934 o país foi invadido por tropas dos EUA sob a alegação da manutenção dos interesses estadunidense durante a 1ª Guerra Mundial. Durante a Guerra Fria, os EUA apoiaram a ditadura de François Duvalier, o *Papa Doc*, sendo este – após sua morte – substituído pelo filho Jean Claude Duvalier, o *Baby Doc*. Esse período ditatorial foi marcado pelo totalitarismo e pelo terrorismo policial dos chamados “*tonton macoutes*” (bichos papões). *Baby Doc* deixa o Haiti em 1986 em consequência de constantes protestos populares contra o regime, o que faz o país cair em longo período de instabilidade política e violência. Em 1990 assume a presidência Jean Bertrand Aristide por eleição direta. Um ano depois ocorre um golpe de estado e Aristide é retirado do país, retornando somente em 1994 com o apoio dos EUA, ONU e OEA. Sob suspeita de fraude eleitoral, Aristide é novamente eleito presidente em 2000, tendo os principais partidos boicotado as eleições por estas supostas fraudes, em maio do mesmo ano. As forças oposicionistas iniciam a insurreição na cidade de Gonaives, espalhando-se em pouco tempo pelo resto do país. Preocupados com a imigração generalizada para seus países de haitianos fugindo da guerra civil, França e EUA alegam que só a renúncia de Aristide colocaria um fim na onda de violência. Em 2004 Aristide é retirado da ilha por forças militares norte-americanas e francesas, e segundo o próprio Aristide sua renúncia foi um ato de poder destes países. Em 29 de fevereiro de 2004, Bonifácio Alexandre, então presidente do Supremo Tribunal Haitiano, assume o comando do país e solicita ajuda da ONU em relação à crise generalizada no país. Em abril de 2004 o Conselho de Segurança da ONU estabelece a Força Multinacional Interna – MIF, sendo aprovada a Resolução 1542 criando a já mencionada Missão das Nações

Unidas pra a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que teria o Brasil como comandante (MORAES, ANDRADE, MATTOS, 2013).

Em janeiro de 2010, após estar se recuperando de três furacões que o atingiram em 2009, o Haiti sofre um grande desastre natural, um terremoto de magnitude 7,3 na escala Richter, sendo que quase 80% das edificações de Porto Príncipe, sua capital, foram duramente danificadas, estimando-se que 230 mil haitianos morreram e que 1,5 milhões ficaram desabrigados. Na atualidade o Haiti tem seu sistema político desorganizado e sofre com uma epidemia de vários tipos de enfermidades, entre elas a AIDS e o Cólera. Este conjunto de eventos aumentou o complexo quadro de desesperança dos haitianos, fazendo com que milhares deixassem o país com destino ao Canadá, EUA, França, República Dominicana e Brasil (MORAES, ANDRADE, MATTOS, 2013).

Neste contexto, após o terremoto de 2010 iniciou-se timidamente o fluxo migratório de haitianos para o Brasil, mas este movimento foi se intensificando no final de 2011 e começo de 2012. É estimado em 4 mil o número de haitianos que entraram ilegalmente no país, segundo informações do Ministério da Justiça, sendo a porta principal de entrada os estados do Acre e Amazonas, mas havendo também indícios de outras rotas, através dos estados do Amapá, Roraima e Mato Grosso. Em estimativa ainda mais recente, o Ministério das Relações Exteriores fala que a marca de 10 mil haitianos em solo brasileiro já foi superada com dados até 30 de junho de 2013. Fica evidenciado o dinamismo do fenômeno com a variação de tempo e espaço sendo bastante significativos. Como dado informativo, o Conselho Nacional da Imigração (CNIg) destaca que em 2010 foram concedidas apenas 4 autorizações de permanência para haitianos, subindo para 709 em 2011, para 4.682 em 2012 e até junho de 2013 foram 870 concessões (MORAES, ANDRADE, MATTOS, 2013).

O Brasil se torna atrativo para os haitianos em função de uma série de fatores. Uma das primeiras causas para este aumento da atratividade se deu em razão da liderança da MINUSTAH – chefiada por tropas brasileiras,

como frisado – e pela presença de diversas ONG's brasileiras atuando de modo expressivo na ilha, tendo assim tornado o Brasil uma espécie de “referência” para os haitianos, em função de seus traços culturais e crescimento econômico. O Brasil vem atuando também para ajudar a impulsionar o crescimento do Haiti, mantendo vários projetos em seu território. Entre eles está o auxílio na construção da hidrelétrica do Rio Artibonite e o programa Embrapa Hortaliças, que incentiva a produção de hortaliças em Kenscoff. Além disso, o Brasil assinou com a Espanha um acordo para a recuperação da cobertura vegetal de um dos principais rios haitianos da Bacia do Mapou. Além destes projetos, cabe destacar a gestão do lixo em Porto Príncipe – com o apoio do Banco Mundial – e também um projeto de incremento do sistema de fornecimento de merenda escolar. Por estes e por outros motivos, o Brasil – com sua liderança no MINUSTAH –, tornou-se um referencial no imaginário dos haitianos que se efetiva na escolha do país como destino final da migração. Estes eventos permitem evidenciar o que seriam fatores de repulsão, decorrentes da crise política e socioeconômica e das recentes catástrofes naturais do Haiti, e os fatores de atração verificados no Brasil, tais como crescimento econômico recente, as homogeneidades do ponto de vista histórico e social, além da maior “hospitalidade” brasileira, em comparação com outros países do mundo desenvolvido (MORAES, ANDRADE, MATTOS, 2013).

O acolhimento dos primeiros imigrantes haitianos em terras brasileiras se deu de forma amigável, diferentemente do que ocorreu com os haitianos que escolheram os EUA ou a França como destino, o que criou a imagem do Brasil como país acolhedor e como país onde se poderia haver a constituição de um novo lar.

No início da migração haitiana ao Brasil, foram solicitados refúgio com base no Direito Internacional dos Refugiados e na legislação do Brasil. O Conselho Nacional de Refugiados – Conare – entendeu que o motivo de desastre natural, crise econômica e social não permitia enquadrar os haitianos nas hipóteses de perseguição do Direito Internacional e na

legislação brasileira vigente. O Conselho Nacional de Refugiados (Conare) então remete o caso ao Conselho Nacional da Imigração (CNIg) visando uma solução legal da questão, sendo concedido o visto humanitário de residência aos haitianos, o que os permite trabalhar e estudar no Brasil. O Conare também outorgou um protocolo no qual os imigrantes haitianos podem obter o CPF e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Além destas medidas, o governo brasileiro tem se empenhado na regularização dos haitianos que se encontram em solo brasileiro, sendo que o tempo de obtenção dos “papéis” é de aproximadamente 3 meses. Isto, contudo, não reduz a precariedade das condições de chegada e de abrigo para haitianos, como mostram as instalações existentes na cidade acreana de Brasília. Como mostram alguns estudiosos do assunto,

Em janeiro de 2012 o Conselho Nacional da Imigração publica a Resolução 97, que estabelece medidas para organizar a migração haitiana, tendo como principal objetivo a concessão, através da Embaixada Brasileira em Porto Príncipe, de 1.200 vistos anuais divididos em lotes de 100 vistos mensais para os haitianos dispostos a trabalharem no Brasil. Todavia, a maioria dos requerentes esbarra nos critérios de elegibilidade, pois o postulante ao visto brasileiro deveria possuir passaporte em dia, comprovante de residência, atestado de bons antecedentes e ainda desembolsar US\$ 200,00, exigências estas que inviabilizaram a regularização de grande parte da população no processo de imigração para o Brasil. Vale lembrar ainda que o Haiti encontra-se ainda hoje numa situação econômica extremamente frágil, e com níveis de desemprego de 80%, além de que 70% de sua população somente tem acesso a uma refeição por dia (MORAES, ANDRADE, MATTOS, 2013, p.105).

Evidencia-se que a maioria dos haitianos que procuram o Brasil para reconstruir a vida possui alguma qualificação profissional, não sendo refugiados iletrados ou sem preparo, sendo parte desta população fluente em até três idiomas, entre eles o francês e o espanhol. Estes dados, porém, não impedem que o mercado de trabalho brasileiro os explore, principalmente os que estão em condição ilegal, como mão de obra barata e com poucos – ou nenhum – direito trabalhista.

Decorridos mais de um ano da publicação da Resolução 97 do CNlg, não cessou a imigração ilegal de haitianos, o que fez com que em abril de 2013 o governador do Acre, Tião Viana, decretasse estado de emergência social em sua jurisdição. Segundo a ONG Conectas Direitos Humanos, há mais de 800 migrantes vivendo em condições precárias num galpão com capacidade para 200 pessoas na cidade acreana de Brasília, o que faz com que haitianos adoeçam e sobrecarreguem o deficiente sistema de saúde da cidade. Com a decretação do estado de emergência social, o governo do Acre conseguiu a destinação federal de R\$ 784.000,00 para as ações emergenciais de atendimento dos migrantes em Brasília e Eritaciolândia, mas o que se verifica é que o montante liberado para solucionar os problemas com a imigração haitiana nas cidades é insuficiente. Torna-se claro que as instituições da sociedade civil – dentre elas a principal sendo a Igreja Católica –, desempenham importante papel na delicada situação dos haitianos, com vistas a regularização dos imigrantes além do fornecimento de alimentação e abrigo mínimos (MORAES, ANDRADE, MATTOS, 2013).

Por fim, cabe ressaltar ainda que o CNlg revogou a Resolução 97/2012 em abril de 2013, por não ter alcançado os objetivos a que se propunha, sendo editada a resolução Normativa 102/2013 que prevê que não somente a Embaixada Brasileira de Porto Príncipe terá exclusividade na emissão de vistos, mas que haverá outros postos em outros países cadastrados no Itamaraty. Esta ação visa a proteção dos imigrantes haitianos dos grupos de “coiotes”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> “Coiote” é o nome dado ao agente que realiza o deslocamento dos migrantes ilegais, usando toda sorte de métodos ilegais – e na maior parte das vezes também violentos – para auferir enormes ganhos financeiros com este deslocamento.

### **3.2 A visão do Ministério do Trabalho e do Emprego sobre a migração dos haitianos para o Brasil**

Conforme foi visto no capítulo anterior, o processo de imigração haitiana para o Brasil teve início com o acontecimento de um desastre natural em janeiro de 2010, além de outros dois principais fatores: um surto de cólera que atinge o Haiti no mesmo ano, além da passagem de dois furacões que assolaram fortemente a produção agrícola do país. Estes eventos fizeram com que a desesperança de um futuro melhor se apoderasse da maioria da população, que não via outra saída que não a migração.

Com a atuação desse conjunto de situações adversas, foi alavancado o estímulo para que expressiva parcela da população abandonasse o país em busca de melhores condições de vida (CHAVES, 2008). Estimativas do Banco Mundial (2011) dão conta de que aproximadamente 10% da população do país tenha emigrado (1.009.400 pessoas). Outras fontes, porém, indicam que a diáspora haitiana já teria ultrapassado no ano de 2011 a casa de 3 milhões de pessoas (HATIAN DIÁSPORA, 2011). Os migrantes vão para vários destinos, sendo mais numerosa a comunidade que está nos Estados Unidos, vindo a seguir a da República Dominicana. Também outros países da América e Caribe recebem um grande contingente de haitianos, destacando-se Canadá, Cuba e Venezuela. O país europeu com maior afluência de haitianos é a França, processo influenciado pelo passado de colonização (FERNANDES e CASTRO, 2014).

Outro aspecto importante a ser destacado é que aproximadamente 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do país é constituído de remessas enviadas por esses migrantes e foram estimadas em 1,5 bilhão de dólares para o ano de 2010 (BANCO MUNDIAL, 2011). Este quadro, porém, não é nada positivo, como mostram também Fernandes e Castro (2014, p. 11):

“Apesar dos recursos que aportam ao Haiti, a emigração tem também seu lado nefasto. Em 2010, daqueles que receberam educação superior no país, 85% se encontravam



no exterior. No caso dos médicos formados no país, 36,5% estariam, já em 2000, fora do Haiti”

Considerando a história migratória do Haiti, a incorporação do Brasil no roteiro de afluxo daquela população não se constitui numa surpresa muito grande, mas chama a atenção por se tratar de um novo destino que não era incluído nas escolhas anteriores dos imigrantes. Pode-se dizer que após o terremoto estavam presentes no país com maior vigor os fatores de expulsão que contribuem para a criação e ampliação de uma diáspora (JACKSON, 2011). Além das motivações já citadas, que incluíram o Brasil como país de destino para os migrantes haitianos, muitos autores mostram também que (FERNANDES, 2010; SILVA, 2013)

“a presença das tropas brasileiras no Haiti poderia ter contribuído para disseminar a ideia do Brasil como país de oportunidades, principalmente no momento em que grandes obras estavam em execução e a taxa de desemprego em descenso. Também citam a realização do Jogo da Paz<sup>8</sup> como fator que contribuiu para disseminar a imagem do Brasil naquele país.

Ainda para estes autores,

“Por outro lado, dentre o leque de razões para a escolha do novo destino, há o entendimento de que o governo brasileiro teria feito um convite explícito aos haitianos para que emigrassem para o Brasil. Tal “convite” teria ocorrido durante a visita do presidente Lula àquele país em fevereiro de 2010” (COSTA, 2012 *in* FERNANDES E CASTRO, 2014, p.12).

O que fica claro é que após o terremoto inicia-se o fluxo migratório de haitianos para o Brasil, que se deu com trajetos diversos, e que se alteraram no tempo em função da maior ou menor facilidade oferecidas. Um fato é que em 2010 apenas quatro países da América do Sul não exigiam visto em caso de viagem de turismo para a entrada de haitianos no seu território. Já em 2012, o Peru passa a exigir visto dos haitianos e no Equador em 2013

---

<sup>8</sup>Jogo da paz é como ficou conhecido uma partida amistosa de futebol realizada no dia 18 de Agosto de 2004, no Estádio Sylvio Cator, na cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, entre a Seleção Brasileira de Futebol - então Campeã do Mundo - e a Seleção Haitiana (então 95a colocada no ranking da FIFA). Recebeu a alcunha de "Jogo da Paz" pois o objetivo principal foi iniciar uma campanha de desarmamento naquele país (o País caribenho vivia uma guerra civil desde a comemoração do bicentenário de sua independência, em Janeiro de 2004. Fonte: *Wikipedia* (Acesso em 15.09. 2015)

houve uma tentativa de restringir a entrada destes, mas a medida não foi implementada. Como mostram Fernandes e Castro (2014, p. 12),

“Mesmo com tais facilidades, nenhum desses países tornou-se o destino final para um grande número de imigrantes haitianos, como foi o caso do Brasil. Tal fato pode indicar que essa migração não é gestada unicamente pelas facilidades de entrada no país, como preconizam os que criticam as medidas tomadas pelo governo brasileiro, mas é determinada pela intenção de chegar e de se estabelecer na região de destino”.

Durante todo o ano de 2010 no Brasil há a entrada de pequenos grupos de haitianos, que não somavam duas centenas de imigrantes, chegando à fronteira brasileira com o Peru. “Ao final de 2011 havia indicações da presença de mais de 4.000 haitianos no Brasil (COSTA, 2012; SILVA, 2013), número esse que não cessou de aumentar, sendo que ao final de 2013 estimava-se que o montante já teria ultrapassado a casa dos 20.000 imigrantes, com indicações de que o número total poderia chegar a 50.000 ao final de 2014” (FERNANDES E CASTRO, 2014, p. 13).

O aumento do fluxo de imigrantes faz com que a percepção da presença dos haitianos fosse encarada com desconfiança por certa parcela da sociedade, e por parte de alguns órgãos da imprensa nacional que comparam a chegada dos imigrantes a uma verdadeira “invasão”. O efeito positivo causado por este fluxo foi o de iniciar entre o governo e a sociedade civil um processo de discussão da legislação migratória ao introduzir nos debates a visão do respeito aos direitos humanos dos imigrantes. Concomitantemente, avançou-se no estabelecimento de relações de solidariedade nos diversos setores da sociedade no acolhimento e atendimento aos haitianos (FERNANDES E CASTRO, 2014).

A partir destas considerações sobre a mensuração dos haitianos no Brasil, procuramos também aprofundar nosso estudo sobre as formas com que vêm sendo “medida” a entrada de haitianos no território nacional. Há pelo menos duas maneiras de realizar esta contagem: uma através dos chamados “registros administrativos”, e outra pelos números que são

contabilizados de forma mais “esparsa”, em diferentes órgãos que têm relação direta com a chegada destes migrantes. No que diz respeito à esta primeira forma de contagem, pode-se dizer que:

Os registros administrativos são considerados importantes instrumentos para pesquisas, principalmente na área de migração internacional. Apesar do desenho das bases de dados não buscar atender a necessidades acadêmicas, as informações disponíveis contribuem na definição de perfis e, eventualmente, no volume e na estrutura sociodemográfica dos imigrantes. (FERNANDES E CASTRO, 2014, p.28)

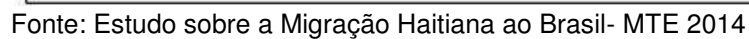
A segunda base tem como fonte principal de informações o Ministério das Relações Exteriores, e contém dados levantados quando da solicitação de vistos pelos haitianos junto às representações consulares brasileiras no exterior. Além destes dados trazidos pelas embaixadas e consulados, é possível também contabilizar “com dados fornecidos pela Polícia Federal do Ministério da Justiça” (FERNANDES E CASTRO, 2014, p.28). Uma primeira aproximação mais detalhada destes números é passível de ser vista na tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Brasil: Número de vistos concedido aos haitianos (2011/2012)

Ano	Homens	Mulheres	Total
2011	597	123	720
2012	4.017	843	4.860

Fonte: MTE/CNIg

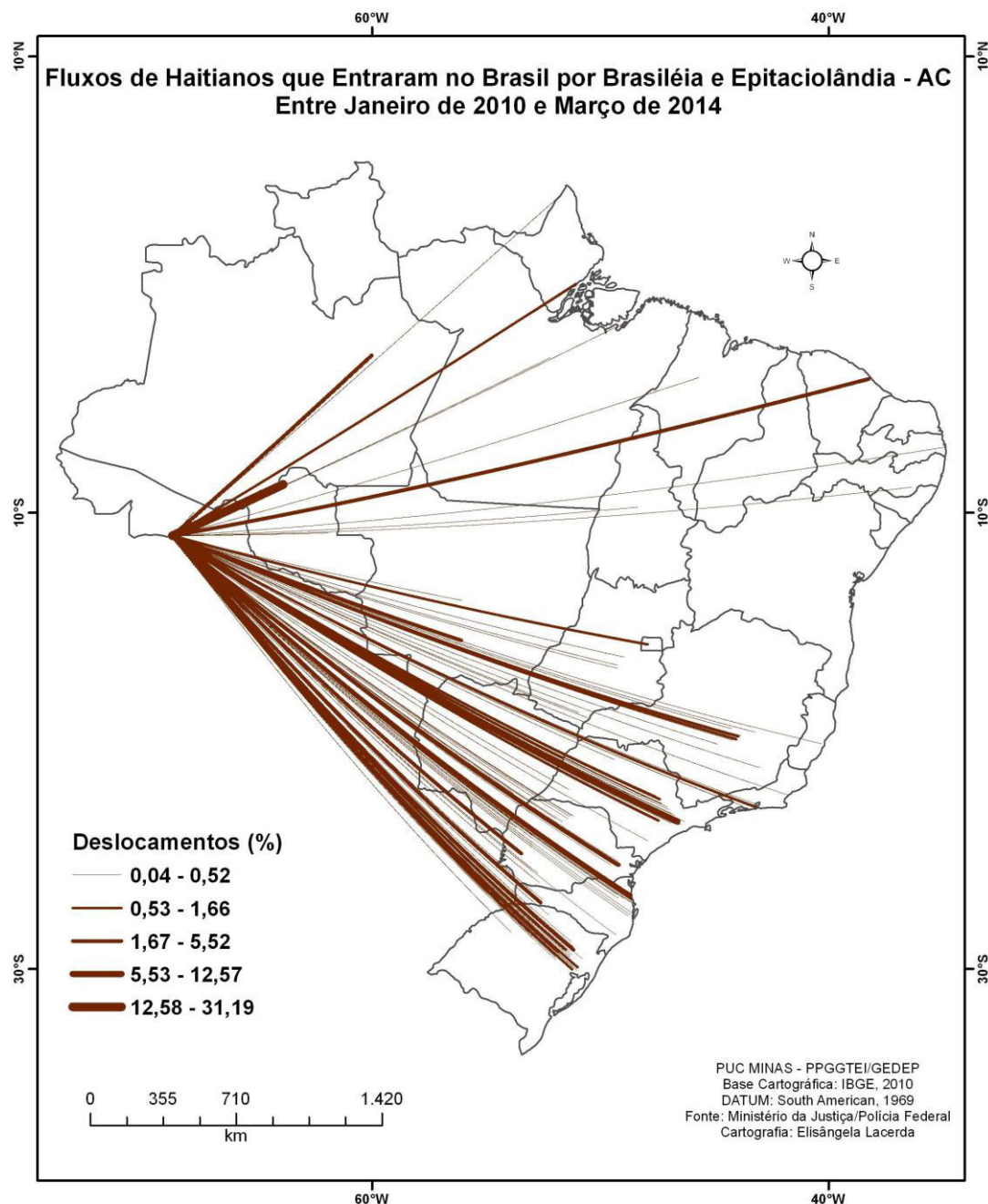
Uma forma de visualizarmos melhor o local de residência dos haitianos se dá no mapa seguinte, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Este mapa foi feito utilizando o conjunto de informações disponíveis de 2012 e 2013, e mesmo considerando a defasagem de registros para este item em 2014 (na ordem de 48%), ilustra a predileção dos migrantes haitianos pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Manaus, cidades estas onde possivelmente já se tenha desenvolvido uma rede social de acolhida a esses imigrantes.



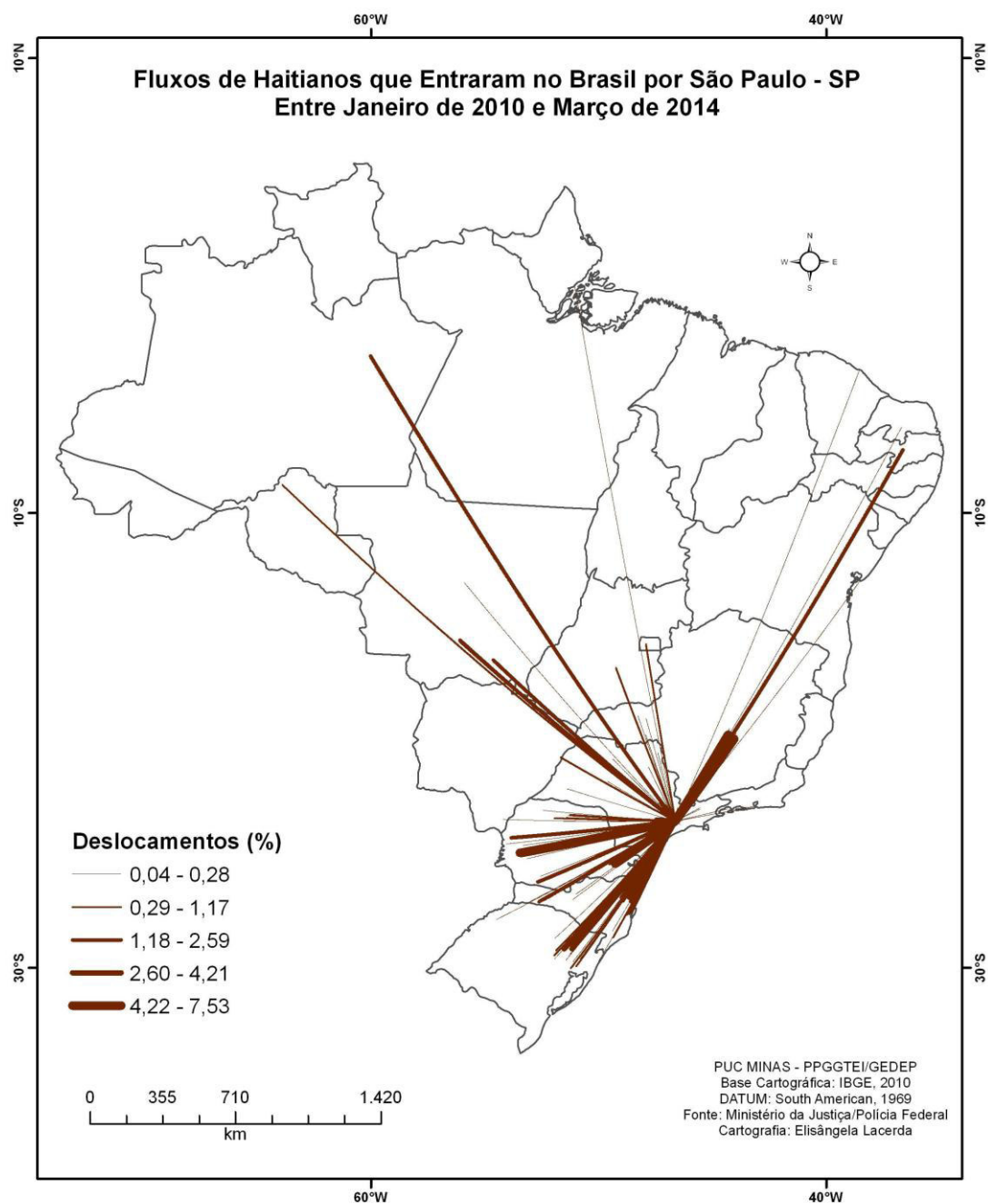
Segundo as informações da Polícia Federal, há 27 pontos de entrada de imigrantes haitianos no Brasil centralizadas nas regiões Norte, Sudeste e Sul. Dados informam que 84,8% dos migrantes entram por apenas 5 cidades: São Paulo e Guarulhos (37%), Tabatinga (29,7%), Epitaciolândia e Brasília (18,1%). Excetuando São Paulo e Guarulhos, onde 43,8% dos

imigrantes fixam residência, as demais cidades funcionam apenas como pontos de passagem.

Mapa 2: Brasil - Fluxo dos haitianos que entraram por Eritaciolândia e Brasileia (2010 até 2014)



Mapa 3 -Fluxo dos haitianos que entraram no Brasil por São Paulo e Guarulhos, no período de 2010 a 2014.



Fonte dos Mapas: Estudo sobre a Migração Haitiana ao Brasil- MTE 2014

Como podemos depreender dos mapas 2 e 3, o fluxo é maior em direção ao Centro Sul do Brasil, visto que são as regiões mais desenvolvidas

e onde as chances do imigrante haitiano conseguir um emprego – ou ao menos uma atividade remunerada – são maiores.

Em relação ao trajeto percorrido pelos haitianos para chegarem ao Brasil, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental realizadas mostram que as rotas mais referidas pelos haitianos que vieram ao Brasil são duas:

1. A primeira seria com a saída de Porto Príncipe, com passagens pelo Panamá, Equador, Peru e finalmente Tabatinga (Manaus), no Brasil;
2. A segunda seria com saída da República Dominicana e passagens pelo Equador e Peru até a entrada no Brasil pela cidade de Brasiléia, no Acre. (FERNANDES E CASTRO, 2014)  
“Esses trajetos coincidem com os relatados por vários autores (FARIA, 2012; SILVA, 2013) que pesquisaram a imigração de haitianos para o Brasil.” (FERNANDES E CASTRO, 2014, p.72)

Como mostra também o estudo de Fernandes e Castro (2014), o tempo gasto no trajeto até o Brasil para 73,9% dos haitianos foi de aproximadamente 15 dias(no ano de 2013). Segundo os autores, o mesmo tempo foi gasto só por 30,8% dos imigrantes em 2012. Destaca-se ainda que 11,3% dos haitianos gastaram até 120 dias para chegarem ao Brasil. Segundo ainda os pesquisadores, há relatos de vários problemas no trajeto, como discriminação generalizada, cansaço extenuante pelos longos trajetos, roubos e problemas com as autoridades locais por onde passaram.

Outro tema essencial estudado foi o dos custos relacionados à viagem dos haitianos. Segundo relatos dos próprios viajantes,

“o acesso ao “Eldorado Brasileiro” tem um custo que pode variar de USD 1.000,00 a USD 4.500,00, dependendo do serviço pretendido ou da persuasão dos coitoes. Porém, por se tratar de ação ilegítima, não se pode ter exatidão quanto à soma dos valores pagos pelos imigrantes haitianos.” (FERNANDES E CASTRO, 2014, p.74)

Um levantamento feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego, realizado em 2014, traz um detalhamento ainda maior destes gastos:

Tabela 2 – Gastos dos imigrantes haitianos com a viagem para o Brasil (2013)

Gasto em Dólares	Nº absoluto	%
Até 1.000	15	4,4
1.001 a 2.000	39	11,5
2.001 a 3.000	76	22,4
3.001 a 4.000	40	11,8
4.001 a 5.000	13	3,8
Mais de 5.000	8	2,4
Não se aplica / não reponderam	149	43,8
TOTAL	340	100

Fonte: Estudo sobre a Migração Haitiana ao Brasil- MTE 2014

Outro interessante conjunto de considerações feitas neste diagnóstico do Ministério do Trabalho diz respeito às motivações declaradas pelos haitianos para sua vinda ao Brasil.

Tabela 3 – Motivos declarados para a migração dos haitianos para o Brasil (2013)

Motivos	Nº Absoluto	%
Trabalho	209	61,5
Melhor qualidade de vida	50	14,7
Estudar	19	5,6
Ajudar a família	22	6,5
Crise no Haiti	7	2,1
Outros/não responderam	33	9,7
TOTAL	340	100

Fonte: Estudo sobre a Migração Haitiana ao Brasil- MTE 2014

Como toda migração, há diversos impactos familiares tanto nos que partem quanto nos que ficam, além do fato de que os que migram terem sobre seus ombros a responsabilidade de com o pouco dinheiro que ganham, prover sua família que ficou no Haiti.

Já em solo brasileiro, os haitianos permanecem com dificuldades de acessos a moradia e serviços. Foi o que diagnosticou a pesquisa com 340 haitianos encomendada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), realizada por FERNANDES e CASTRO em 2014.



Quanto a moradia, apurou-se que 85,6% moravam em casa alugada e que 47,1% encontraram alguma dificuldade para suprir esta necessidade, pois lhes fora solicitado a apresentação de um fiador. As condições de precariedade podemos imaginar, pois informações foram colhidas nas pesquisas dando conta de que em um quarto chegavam a morar 4,3 pessoas (em média).

No tocante ao acesso a trabalho, 79,1% afirmam que tinham carteira assinada e que a maioria continuava em seu primeiro emprego. Os tipos de emprego são os mais variados, pois 59,7% trabalharam na construção civil, 13,8% em serviços gerais, 11,2% na indústria e 7,3% no setor de alimentação. O que mais chama a atenção é que para 66,8% o atual emprego não era compatível com sua qualificação.

Quanto ao acesso a serviços públicos, a pesquisa do MTE mostrou que a utilização se deu mais em caso de tratamento de saúde e 72,8 % dos entrevistados classificou como bom o atendimento. Destes dados, verifica-se o quão precário devem ser os serviços de saúde no Haiti, pois que para grande parte dos brasileiros o Sistema Único de Saúde (SUS) não é levado em boa conta. Outro serviço público utilizado foi a consulta realizada por 13,4% dos entrevistados à Polícia Federal para saberem de seus direitos.

As dificuldades no processo migratório identificadas pelos entrevistados dizem respeito as dificuldades com o idioma (56,5%), o acesso ao emprego (48,2%) a moradia (42,1)%, e os casos de discriminação (20,6%). Para 83,2% dos entrevistados o não conhecimento do idioma português se torna a principal barreira a integração ou mesmo à sobrevivência.

Talvez a maior referência quanto a imigração haitiana ao Brasil seja a Missão Paz, um local pertencente a Igreja Católica situada no bairro da Liberdade em São Paulo. Administrada pelo padre Paolo Parisi da ordem dos scalabrinianos, esse local atende migrantes nativos e imigrantes de

várias etnias assentado em cinco eixos: trabalho, assistência jurídica/regularização, saúde, comunidade/família e educação.

Os imigrantes costumam permanecer na Casa do Migrante da Missão Paz entre quatro a seis meses de acolhida, mas esse tempo varia em função da vulnerabilidade com que estes chegam de seus países. Novamente o padre cita a dificuldade com o idioma como um grande empecilho para a rápida integração dos haitianos, pois para eles aprender português é difícil e o dialeto *créole* é também muito difícil de ser compreendido. Esta barreira dificulta até o entendimento dos descontos no salário para aqueles que conseguem emprego. A Missão Paz conta com vários parceiros, entre os quais podemos citar a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, que colaboram para um atendimento eficaz aos migrantes.

Em função destes fatos e dados apresentados, podemos elencar outros fatores centrais para entendermos mais de perto as condições de vida dos haitianos que passaram a habitar o território brasileiro:

1. O fluxo migratório não é um fenômeno passageiro e impõe à sociedade brasileira respostas a altura, no tocante à viabilizar o processo de regularização, por ser o maior fluxo de migrantes que se tem conhecimento desde a segunda metade do século XX;
2. Ações do governo federal tentaram organizar o fluxo, mas foram atropeladas pelas situações de extrema vulnerabilidade das cidades da fronteira norte do país que têm muita dificuldade em lidar com o crescimento exponencial da chegada dos migrantes haitianos, por funcionarem como “portos secos” para recepção destes migrantes;
3. Cabe ressaltar que durante esse longo processo deverá haver uma convergência de ações governamentais, da sociedade civil e de organismos internacionais – como a Organização Internacional para a Migração (OIM) – no sentido de se responder a altura as demandas que surgem e de se mostrar aos demais países que o

Brasil é um exemplo de acolhida e respeito aos direitos humanos dos imigrantes.

Como veremos a seguir, através de outros resultados de nossa pesquisa documental, a situação dos imigrantes haitianos não é a das mais confortáveis e/ou dignas, mas que mesmo assim não faltam ações de solidariedade por parte do Estado e da sociedade civil em respeito a esses migrantes.

### **3.3 Dados empíricos sobre os haitianos no Brasil (Noticiário sobre os haitianos)**

Este item de nossa monografia foi redigido com a intenção de aprofundar a dimensão empírica de nossa pesquisa, além de atualizar o máximo possível a discussão que realizamos nos capítulos anteriores de nossa investigação. Para redigir esta parte do trabalho, utilizamo-nos sobretudo do recurso à pesquisa documental, realizada em vários portais de notícias e sítios eletrônicos que disponibilizavam informações recentes sobre o tema da migração dos haitianos no Brasil.

Em reportagem do jornal O Estado de S.Paulo veiculada na internet em 23/05/2015<sup>9</sup>, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) apresentou dados de que a rede de coites que vendeu “facilidades” para os 38 mil haitianos que cruzaram a fronteira do Brasil sem visto, pelo Estado do Acre, já faturou a quantia de US\$ 60 milhões – montante equivalente a mais de R\$ 185 milhões. Estas informações foram apresentadas numa reunião no palácio do Planalto que contou com a presença de diversos ministros, na qual ficou decidido aumentar a quantidade de vistos para os imigrantes haitianos. Neste contexto, foi também realizada iniciativa do ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, de viajar ao Equador, Peru e Bolívia, com

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,rede-de-coites-ja-faturou-us-60-mi-com-ha...> (Acesso em 15/06/2015).

vistas a definição de uma estratégia conjunta entre os países para barrar a ação dos coiotes, tendo em vista que os países citados funcionam como rota para o transporte de haitianos, mas não agem efetivamente para coibir o tráfico de pessoas. Estes acordos poderiam contribuir para uma maior regulação da chegada desordenada de haitianos no país, que desde 2010 já havia criado tensão entre o governo do Acre e o Federal, bem como entre o Acre e São Paulo, ressaltando que desde 2010 o governo do Acre cobrava ações do governo federal referente ao assunto, ações que agora se esboçam.

Um dos principais pontos abordados na reunião foi a de que a embaixada brasileira em Porto Príncipe promoverá uma campanha explicativa, visando informar os haitianos de que é possível obterem vistos brasileiros sem se submeterem a ação dos coiotes. A ação efetiva é o aumento da quota mensal de vistos na embaixada brasileira de 600 para 2 mil para os haitianos interessados em viver no Brasil. Será enfatizado que os imigrantes haitianos podem vir ao Brasil por meios legais, sem ter que correrem riscos ou pagar valores exorbitantes aos coiotes.

Segundo ainda a reportagem, cobrando um valor que varia de US\$ 3 mil a US\$ 8 mil por pessoa, os coiotes orquestram uma viagem que chega a demorar 20 dias entre Porto Príncipe e São Paulo, e a rota basicamente é a mesma: viagem de avião até a cidade de Quito no Equador e depois descer e subir de pelo menos quatro diferentes ônibus até chegar na cidade de Rio Branco no estado do Acre. Segundo relato do padre Paolo Parisi, diretor do abrigo Missão Paz em SP, o ponto mais crítico da viagem ocorre na fronteira do Equador com o Peru, onde os imigrantes haitianos desembolsam cerca de US\$ 100 para o suborno de policiais peruanos liberarem a passagem dos imigrantes. O tráfico de drogas e de pessoas no Peru é gerenciado por uma quadrilha de policiais peruanos expulsos da corporação. Muitos haitianos, não tendo esse valor para dar na hora, são mantidos em cárcere privado até que a família mande o valor por remessa. Não são incomuns os casos de mulheres que são abusadas, tendo havido notícia ainda de uma situação em

que uma haitiana chegou grávida ao abrigo em SP, vítima dessa quadrilha, conta o padre Paolo. Em pesquisa ao site eletrônico da Abin não foi possível confirmar a informação do Jornal “O Estado de S.Paulo”, visto que estas não estão disponibilizadas ao público em geral, talvez por serem confidenciais.

Já o jornal Estado de Minas, em reportagem de 17/05/2014<sup>10</sup> traz em sua manchete que o Brasil poderia ter até o final de 2014 o contingente de 50 mil imigrantes haitianos. Tal estimativa é feita pelo professor Duval Fernandes, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, talvez um dos maiores especialistas do país quando o assunto é imigração haitiana. Segundo o professor, os haitianos representam cerca de 10% de todo fluxo migratório que chega ao Brasil atualmente. Cerca de 70% dos haitianos que vivem no Brasil possuem idades entre 18 e 50 anos (estando, portanto, em idade laboral ativa). Pouco mais de 40% dos imigrantes haitianos tem escolaridade de nível médio completo ou incompleto. Segundo afirmação do professor Duval – reproduzida na matéria – “A ideia de que a maioria deles seja analfabeta não é verdadeira, sendo muito pequeno o número dos que não têm nenhuma instrução. Estamos ganhando com a presença deles aqui”. Ainda segundo o professor, a taxa de ocupação entre os haitianos é maior que entre os brasileiros, pois seguem as regras de todo imigrante: fazem o trabalho “que ninguém quer”.

Embora estejam em 286 cidades brasileiras, 75% dos haitianos estão concentrados em São Paulo, 10% em Manaus e 7% em diferentes cidades do estado de Minas Gerais. Como mostra ainda a entrevista realizada com o Professor Duval Fernandes,

“O Brasil não é mais o país de imigração do início do século nem o país da emigração dos anos 1980. Somos hoje um país de imigração, emigração e trânsito, além dos brasileiros que retornam depois de viver muitos anos no exterior. A questão migratória é atualmente muito maior do que foi no passado”

---

<sup>10</sup> Disponível em [http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/17/interna\\_politica,529700/brasil-](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/17/interna_politica,529700/brasil-) (Acesso em 14/05/2015)

Segundo Fernandes, considerando a redução da taxa de natalidade no país, em 2030, a população brasileira começará a encolher, e mais da metade das aposentadorias serão bancadas pela contribuição dos imigrantes.

Em uma extensa entrevista ao jornalista Josias de Souza publicada no Portal UOL do dia 27/04/2014<sup>11</sup> o governador do Acre, Tião Viana falava sobre a transformação do estado em rota internacional de imigração ilegal, pois além dos haitianos, chegam imigrantes dominicanos, senegaleses, nigerianos, marroquinos, de Serra Leoa e camaroneses, entre outros. O governador relatou que os imigrantes ilegais chegam pelo Equador, passam pelo Peru, estacionam na cidade acreana de Brasiléia e se deslocam para outros estados da federação. Os coiotes, como são chamados os agenciadores de imigrantes clandestinos, atuam sem que a Polícia Federal consiga reprimi-los. Alertado, o governo federal tem dificuldades para encontrar formas de coibir a estes fluxos ilegais proporcionados pelos coiotes. Na entrevista concedida, o governador Tião Viana ponderava também sobre o a situação vivida no estado do Acre:

“Temos que ser solidários, mas não há nenhum país no mundo que acolhe imigrantes que venham ilegalmente, com ou sem coiote, dá abrigo, alimentação e ainda procura emprego para eles. Isso, obviamente vai ter consequências que podem ser dramáticas para o Brasil. A África toda está olhando para essa rota que se abriu. Quando era só o Haiti, já era um problema. Agora temos da República Dominicana à África”.

Quanto a “saia justa” no tocante ao envio de 400 imigrantes haitianos à São Paulo, sem prévio aviso segundo o governador de São Paulo Geraldo Alckmin, Tião Viana se defendia com o seguinte argumento: “Eles estão indo para onde querem. Não vou prendê-los. Ontem saíram dois ônibus. Amanhã saem mais ônibus. Segunda-feira saem outros. Isso não para.”.

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2014/04/27/acre-virou-rota-internacional-d> (Acesso em 15/06/2015).

Também no Portal UOL foi publicada notícia datada de 19/05/2015<sup>12</sup>, que permite que nos aproximemos desta “rota” dos imigrantes dentro do território brasileiro. Segundo a notícia, o prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, assim como o fez o governador Geraldo Alckmin em 2014, faz críticas ao governador do Acre, pelo deslocamento de 968 haitianos sem comunicação prévia de 20 dias. Segundo o prefeito, “Nós estabelecemos um protocolo que estava funcionando bem, mas nessa última não fomos informados com a devida antecedência. Nós vamos tentar nos preparar para fazer o melhor possível”. Questionado, o prefeito não informa se a prefeitura tem capacidade para receber esses imigrantes. Apenas diz que farão o melhor possível para recepcioná-los e que irá mobilizar empresas em busca de trabalhadores para que os imigrantes sejam alocados o mais rápido possível. O Prefeito fala também em restabelecimento do protocolo entre Brasília, Acre e São Paulo quanto a necessidade de regulação mínima das esferas de poder em relação aos deslocamentos de imigrantes haitianos no território.

Ainda em relação aos deslocamentos dos haitianos depois de sua entrada no país, o Portal G1, em notícia do dia 11/03/2015<sup>13</sup>, veicula a informação que, devido às enchentes que assolavam à época as cidades do estado do Acre, centenas de haitianos rumaram para São Paulo. Ao chegar na capital paulista, encontraram mais dificuldades, pois a entidade da Igreja Católica que acolhe migrantes, Missão Paz, dispõe de apenas 110 vagas e teve de abrigar 140 haitianos em um salão sem estrutura para tanto. Segundo o coordenador da Missão Paz, desde os primeiros meses de 2015, chegam na Igreja de seis a sete ônibus por semana, com centenas de imigrantes. Além da dificuldade de abrigo, os haitianos enfrentam problemas para conseguir a Carteira de Trabalho e enfrentam uma dificuldade maior com a língua, pois muitos não falam uma palavra sequer em português. Sem estes dados ligados à integração – em seus mínimos quesitos –, os

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1630907-haddad-reclama-da-falta-d> (Acesso em 19/05/2015)

<sup>13</sup> (g1.globo.com/jornal nacional) Acesso em 15/05/2015

haitianos começam a sofrer preconceitos tais como “estão tirando o trabalho dos brasileiros” ou “estão trazendo doenças e violência” relata o padre Paolo Parisi, coordenador da Missão Paz.

Em razão da falta de vagas na missão, muitos haitianos moram em cortiços, pagando aluguel – em média – de R\$ 450,00 mensal, por um quarto de no máximo 3 x 3 metros quadrados, com até 3 ocupantes. Os quartos muitas vezes não tem janela, não tem armários, a roupa fica pendurada, com muito mofo e um cheiro nada agradável. Mas enquanto não conseguem emprego, são nestes locais que muitos haitianos continuarão morando. Segundo ainda o padre Parisi, os haitianos sofrem preconceito, como mostram também algumas notícias divulgadas em alguns sites e blogs de menor expressão. Portanto, alguns dos estigmas, estereótipos e preconceitos que fazem parte do senso comum em relação aos haitianos foram também detectados no caso das imagens e discursos que vêm sendo veiculados acerca da chegada destes imigrantes no país.

No site [gazetadopovo.com.br](http://gazetadopovo.com.br) foi veiculada uma reportagem em 19/10/2014<sup>14</sup> que demonstra que os casos de agressão física aos migrantes haitianos acontecem efetivamente. Todos os casos mencionados ocorreram em Curitiba-PR. No primeiro evento, o haitiano Maurice foi espancado com pontapés na cabeça e nas costas em uma empresa cerealista. Isto o fez ficar afastado de licença médica por cinco dias e ao retornar ao trabalho, ao invés protegê-lo, o patrão o demitiu por justa causa. Ele tinha que lidar diariamente com insultos como “escravo” e “macaco”, além de seus colegas de trabalho lhe atirarem bananas. Segundo o migrante, mais do que os ferimentos físicos, o que dói mais é o preconceito sofrido.

Outro haitiano, Jean, que trabalhava em um restaurante, relata a agressão sofrida de um chefe de cozinha no alojamento da empresa no qual o agressor também morava: “Eu estava no computador. Ele chegou em casa e já me deu um soco na cabeça. Eu perdi os sentidos. Quando acordei, ele

---

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/xenofobia-se-converte-em-agresso>. (Acesso em 14/05/2015).



continuou me batendo e pegou uma faca. Eu consegui correr para fora e voltei ao restaurante. Ele queria tirar a minha vida”. Neste caso, há muito tempo o imigrante já sofria perseguição por parte do colega de trabalho que o xingava com palavrões e de forma preconceituosa como “preto”. O agressor foi demitido e Jean continua trabalhando no restaurante, mas confessa que tem muito medo e pensa em mudar de emprego.

Mas nem tudo é sofrimento para os haitianos. A pesquisa documental realizada permitiu que fossem encontrados casos em que pessoas ou instituições procuram minimizar-lhes o impacto da mudança de país.

Um caso veiculado no dia 12/01/2015<sup>15</sup> no Portal UOL dá conta de que alguns imigrantes haitianos foram selecionados para frequentarem cursos de nível superior. A iniciativa é da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), presente nos três estados da Região Sul do país – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, mas mais precisamente no campus do município catarinense de Chapecó. Por meio do programa ProHaiti, 39 alunos foram selecionados em 2014 para se matricular em 12 cursos. Segundo o vice-reitor da universidade, Antonio Inácio Andreoli, havia mais vagas, mas muitos inscritos não tinham como comprovar, com documentação, o término do ensino médio no Haiti. Ele explicou que o acolhimento aos haitianos faz parte da própria filosofia de criação da UFFS, de inclusão social. Para o Vice-Reitor,

"A universidade foi construída pelos movimentos sociais da região. Para nós, isso representava o desafio de integrar outros grupos sociais, como os haitianos. Em conversa com a Embaixada do Haiti criamos um processo seletivo especial. Também abrimos vagas para os haitianos em pós-graduação".

Além desta iniciativa de uma instituição de ensino superior federal, o *site* [agenciabrasil.gov](http://agenciabrasil.gov), em 12/01/2015<sup>16</sup>, informava que a ONG Viva Rio lançou na mesma data o portal [www.haitiaqui.com](http://www.haitiaqui.com), em quatro idiomas

---

<sup>15</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/01/1573848-universidade-em-santa-cata...> (Acesso em 20/01/2015).

<sup>16</sup> Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-01/ong-lanca-portal-com-in...> (Acesso em 14/05/2015).

(português, inglês, francês e *creole*). Segundo o embaixador do Haiti no Brasil “Este *site* vai ajudar muito. A embaixada estava procurando um meio para manter contato direto com os haitianos, porque o Brasil é um país grande, quase um continente. Temos cerca de 50 mil haitianos espalhados no território e não tem como realmente manter um contato sem desenvolver um projeto como este”, ressaltou.

O portal criado também tem uma rádio, via internet, com músicas haitianas e entrevistas de interesse da comunidade do país caribenho no Brasil. O locutor é o haitiano Robert Montinard, conhecido pelo nome artístico de Bob. Ele apresenta toda semana o programa *Voz do Haiti* na Rádio Viva Rio. Aos sábados, será vez de *Hit Konpa*, totalmente dedicada ao Haiti, sobre cultura, música e gastronomia.

Por fim, uma última iniciativa de recepção e integração dos haitianos no país foi identificada em nossa pesquisa documental. Trata-se da fundação de uma associação denominada União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), conforme veiculou o site do Partido Socialista Trabalhadores Unificados – PSTU - na edição de 03/02/2015<sup>17</sup>. Nesta notícia, é informado que foi fundada em 01/02/2015 esta União com o intuito de organizar os haitianos radicados no Brasil. Como mostra a notícia, “Reunimos os haitianos para organizar a nossa luta para resolver problemas de trabalho, discriminação, a falta de documentos, o genocídio que sofre os negros nesse país, porque também somos negros”, explicou Fedo Bacoua, eleito secretário-geral da nova entidade. O dirigente da nova associação, que está há um ano e meio no país, afirma que a ideia da entidade veio da constatação das sérias dificuldades vividas pelos seus conterrâneos no Brasil. “Passamos muitas vezes no Glicério, vemos os haitianos dormindo na rua, quando chove eles não tem onde entrar, muitas vezes não têm o que comer, então pensamos no que fazer para ajudá-los”.

Desde o início, os trabalhadores haitianos contam com o apoio da CSP-Conlutas. “Temos uma felicidade e orgulho imensos de abrir as portas

---

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.pstu.org.br/node/21269> (Acesso em 14/05/2015).

da CSP-Conlutas para lutar com vocês", afirmou Wilson Honório, do Quilombo Raça e Classe e militante do PSTU.

Uma outra notícia veiculada pela Agência Fapesp<sup>18</sup> pode dar um alento não só aos imigrantes haitianos como a todos os imigrantes que se dirigem ao Brasil: "Existe uma nova lei, recentemente aprovada no Senado, que ainda deverá tramitar na Câmara", que diz respeito a mudanças na forma de tratar os imigrantes, segundo a socióloga Patrícia Tavares de Freitas pós doutoranda do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), vinculado à Universidade de São Paulo (USP). Ainda segundo a socióloga, o número de imigrantes no Brasil está aumentando de forma consistente. E tende a aumentar ainda mais nos próximos anos." Para a autora, três fatores contribuem para isso:

1. o declínio da taxa de crescimento populacional brasileira (que, em conjunturas de expansão econômica, favorece a recepção de trabalhadores estrangeiros);
2. as dificuldades econômicas e crescentes restrições à entrada de estrangeiros nos países desenvolvidos (que está reconfigurando o fluxo migratório em escala mundial, deslocando o eixo da direção Sul-Norte para a direção Sul-Sul); e
3. a crescente presença de empresas brasileiras em outros países (que, no imaginário das populações locais, apresenta o Brasil como um horizonte de possibilidades).

Segundo mostra ainda a reportagem da FAPESP, "Apesar da oposição de um segmento da sociedade e da mídia, os imigrantes estão chegando, sendo contratados e trazendo ao país um conhecimento que o brasileiro muitas vezes ainda não possui" disse Freitas. Como exemplo, Freitas cita o caso de trabalhadores senegaleses que estão sendo contratados por empresas exportadoras de carne do Rio Grande do Sul por

---

<sup>18</sup>Disponível em [http://agencia.fapesp.br/imigrantes\\_as\\_brechas\\_para\\_o\\_acolhimento/21466/](http://agencia.fapesp.br/imigrantes_as_brechas_para_o_acolhimento/21466/) (Acessado em 10/08/2015)

dominarem o procedimento *halal* de manuseio da carne, prescrito pela religião islâmica.

Com o foco na dimensão política, Freitas descreve ainda quais são as formas de relacionamento dos imigrantes com os governos locais – municipal e estadual – de São Paulo, que ainda é o principal pólo de atração de estrangeiros no Brasil. Em pesquisa aos arquivos do Centro de Estudos Migratórios da Arquidiocese de São Paulo, a autora verificou que, no período compreendido entre a redemocratização do país, em meados dos anos 1980, e o fim da década de 2010, ocorreram quatro movimentos principais em prol dos novos imigrantes: por direito à educação, à saúde, ao trabalho digno e à representação e participação política.

Em recente matéria da revista FAPESP (FIORAVANTI, 2015)<sup>19</sup>, foram destacadas que as situações de preconceito tanto no Brasil quanto na Europa em muito são fruto dos meios de comunicação tratarem a chegada dos imigrantes como uma “invasão por uma horda de desocupados, baderneiros que vem para cá precarizar o já tão combalido sistema de proteção social e o mercado de trabalho”. É isto que pondera o pesquisador do IBGE Antonio Tadeu Ribeiro. Segundo ele, a dimensão do fenômeno é bem menor do que a entrada de imigrantes irregulares brancos via aeroportos, portos e outras áreas fronteiriças, apesar da intensa visibilidade.

Na mesma matéria da Revista FAPESP, também foi escutado o padre Paolo Parisi (um dos diretores da Missão Paz, como mencionado), que mostra que alguns haitianos que chegam ao Brasil muitas vezes se decepciona, pois não encontra nenhuma das facilidades vendidas pelos coíotes, como no caso dos haitianos que chegam com a esperança de emprego fácil e ganhos de 1.500 dólares por mês. Ainda segundo o padre, “os haitianos dizem que não imaginavam que o Brasil fosse tão racista”.

A mesma reportagem afirma ainda que o poder público está se posicionando a favor da imigração e se responsabilizando por criar políticas

---

<sup>19</sup> FIORAVANTI, Carlos, As raízes da resistência – Revista Pesquisa FAPESP- outubro 2015

públicas para tanto, relata Camila Baraldi, coordenadora adjunta da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) da Subsecretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Uma das primeiras medidas após sua criação em 2013, a CPMig promoveu a simplificação de abertura de contas bancárias para os imigrantes como forma de reduzir os constantes assaltos que estes sofriam por guardar consigo o dinheiro que acumulavam. Prioritariamente, a CPMig dedicou-se aos haitianos em 2014 devido a grande afluência destes a capital paulista. Agora, como o fluxo está menor, também se dedica a atender a entrada de imigrantes sírios na capital. No campo político, a CPMig tem como prioridade a formação do Comitê Intersetorial de Política Municipal para a população imigrante, comitê este que contará com 13 representantes do poder público e 13 da sociedade civil, visando a redação de uma proposta de política pública para o imigrante que vive na cidade de São Paulo nos dias atuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi visto no presente trabalho, o processo migratório de haitianos para o Brasil não é apenas um fenômeno conjuntural e tende a se tornar perene, pelas características de volume que apresenta.

Cabe ao governo brasileiro e a sociedade civil encararem esse fluxo migratório com a seriedade que este necessita, quer seja com a mudança na legislação de migração, quer seja no preparo de equipes que possam auxiliar nas situações e momentos críticos (e num melhor entrosamento entre os órgãos responsáveis pela questão migratória no país), quer sejam o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, a Polícia Federal, para que realmente haja um posicionamento oficial face aos problemas demandados pela imigrantes, não só os haitianos, mas os de outras nacionalidades que escolheram o Brasil como destino final de seu deslocamento.

Quanto aos imigrantes haitianos, nosso objeto de estudo, resta-nos o desejo e a esperança para que estes sejam acolhidos nas comunidades dos diversos estados brasileiros que escolheram para viver, pois como sabemos pelas notícias veiculadas em jornais (impressos ou digitais), muitos deles são alvo de xenofobia, violências e até de trabalho escravo.

Mas, como são um povo aguerrido, se a sociedade os acolher minimamente, irão retribuir com trabalho sério e honesto e se inserirão completamente na comunidade local, como se fossem nacionais, pois onde há o firme propósito de acolhimento e inserção não existem barreiras linguísticas ou culturais que sejam empecilhos.

Mas, estamos falando de um longo caminho para que isto ocorra, e esta monografia procurou estabelecer uma primeira aproximação, teórica e empírica, sobre esta questão geográfica de extrema importância para todos os brasileiros.

## Referencias Bibliográficas

BRITO, Fausto. **A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional.** *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2013, vol.30, n.1, pp. 77-97. ISSN 0102-3098. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000100005>

FERNANDES, Duval e CASTRO, Maria da Consolação G. de. - **Estudos sobre a migração Haitiana ao Brasil e Dialogo Bilateral** – Belo Horizonte-MTE -2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C816A45B266980145DCAB8EF42233>.

FIORAVANTI, Carlos – Revista Pesquisa FAPESP- **As raízes da resistência** -Outubro 2015.

GEORGE, Pierre. **As migrações Internacionais.** Coleção Universidade Moderna,vol.52,publições Dom Quixote. Lisboa,1977.

MARANDOLA JR., Eduardo e, DAL GALLO, Priscila Marchiori. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração.** *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2010, vol.27, n.2, pp. 407-424. ISSN 0102-3098. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982010000200010>.

MORAES, Isaias Albertin de, ANDRADE,Carlos Alberto Alencar de, e MATTOS,Beatriz Rodrigues Bessa. **A imigração haitiana para o Brasil: Causas e Desafios.** Revista Conjuntura Austral ISSN 2178-8839, Vol.4,nº 20, Out-Nov 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/35798/27329>.

NETO, Helion Povoá. **Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise.** Experimental, n.2,p.11-24, março 1997-Humanitas Publicações FFLCH/USP

OLIVEIRA, Antônio Tadeu. **Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010.** *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* [online]. 2013, vol.21, n.40, pp. 195-210. ISSN 1980-8585. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-85852013000100012>.

REIS, Rossana Rocha. **A política do Brasil para as migrações internacionais.** *Contexto int.* [online]. 2011, vol.33, n.1, pp. 47-69. ISSN 0102-8529. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000100003>.

SOARES, Weber; FAZITO, Dimitri e FARIA, Sergio Donizete. **Do método para estimar o tamanho médio das redes pessoais e o tamanho de populações difíceis de contar.** *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2012, vol.29, n.1, pp. 101-115. ISSN 0102-3098. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982012000100007>.

#### **Sites acessados na ordem em que aparecem no texto:**

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,rede-de-coiotes-ja-faturou-us-60-mi-com-ha...>> Acesso em 15/06/2015.

[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/17/interna\\_politica,529700/brasil-...](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/05/17/interna_politica,529700/brasil-...)> Acesso em 14/05/2015.

<http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2014/04/27/acre-virou-rota-internacional-d...>> Acesso em 14/05/2015.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1630907-haddad-reclama-da-falta-d...>> Acesso em 19/05/2015.

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/centenas-de-imigrantes-haitianos-...>> Acesso em 14/05/2015.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/xenofobia-se-converte-em-agresso...>> Acesso em 14/05/2015.

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/01/1573848-universidade-em-santa-cata...>> Acesso em 20/01/2015.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-01/ong-lanca-portal-com-in...>> Acesso em 14/05/2015.

<http://www.pstu.org.br/node/21269> > Acesso em 14/05/2015.

[http://agencia.fapesp.br/imigrantes\\_as\\_brechas\\_para\\_o\\_acolhimento/21466/](http://agencia.fapesp.br/imigrantes_as_brechas_para_o_acolhimento/21466/)> Acesso em 10/08/2015.